



ANDRESSA MARIA NICOLINO SOUSA

**ALTERIDADE E MITO DO ETERNO FEMININO NO
SEGUNDO SEXO DE SIMONE DE BEAUVOIR**

LAVRAS- MG

2023

ANDRESSA MARIA NICOLINO SOUSA

**ALTERIDADE E MITO DO ETERNO FEMININO NO SEGUNDO SEXO DE
SIMONE DE BEAUVOIR**

Monografia apresentada à Universidade Federal de
Lavras, como parte das exigências do curso de
Filosofia, para obtenção do título de Licenciado.

PROF. DR. LÉA CARNEIRO SILVEIRA

Orientadora

Lavras- MG

2023

A Andressa de 2015 que propôs a entender a célebre frase de Beauvoir “Mulher não nasce mulher, torna-se” dedico.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal de Lavras pela oportunidade de realização do curso.

A toda espiritualidade feminina que me acompanha, em especial a cigana Madalena.

Agradeço a professora Léa por toda orientação, compreensão e paciência em todo o processo.

As comentadoras de Beauvoir, Juliana Oliva e Thana Mara, pela argumentação textual instigante.

A minha psicóloga Janaína que me auxiliou a vencer a auto sabotagem e que confiou que chegaria ao fim desse processo.

Meu irmão e irmã: Vanessa e Willian.

As professoras do ensino médio me mostraram que era possível essa formação, o fomento ao pensamento crítico: Graciela e Andresa.

A diretora Érica pelas conversas, incentivos.

Agradeço também a todos os professores que me auxiliaram nessa caminhada na Universidade.

A todos os colegas de curso que passaram pela minha caminhada na Ufla, em especial a Junia.

Agradeço ao Jonathan pela parceria no Pré-uni e por me ouvir, passar suas experiências e me ajudar com os processos acadêmicos.

Agradeço ao Ítalo pela parceria, conversa e motivação acerca desse processo.

Pelos amigos e amigas que me incentivaram , Isadora, Lucas, Thalita e Valquíria.

Muito obrigada!

“Somente as que tem credo político, as que militam nos sindicatos, as que confiam no futuro podem dar um sentido ético às ingratas fadigas cotidianas; mas, privadas de lazeres, herdeiras de uma tradição de submissão, é natural que as mulheres comecem somente a desenvolver um sentido político e social”. Simone de Beauvoir

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação da alteridade e do mito do eterno feminino como constituintes da limitação da liberdade da mulher, como situados na obra de Simone de Beauvoir publicada em 1949. Desse modo, a alteridade absoluta é constituída pela figura do homem, a partir da hostilidade entre o Eu (homem) sujeito e o Outro (mulher) como objeto, o qual a transcendência é viabilizada por meio da subjetividade. O mito do eterno feminino é a naturalização da situação de hierarquização e opressão vivenciada pela mulher ao longo da história pelo patriarcado. A situação delimitada pela sociedade e cultura que subjugam a mulher a imanência e a facticidade. Análise acerca dos caminhos possíveis para a emancipação feminina.

Palavras chaves: Alteridade, eterno feminino, transcendência, imanência, emancipação

SUMÁRIO

PARTE 1 - MONOGRAFIA:

Introdução	6
Alteridade e mito do eterno feminino	11
Biologia e Existência	17
Psiquismo e Situação	21
Opressão Econômica e histórica	24
Eterno feminino e cultura	29
Subjetividade e facticidade, imanência e transcendência e caminhos para a emancipação feminina	32
Facticidade e imanência	33
Subjetividade e transcendência	42
Caminhos para a emancipação feminina	46
Considerações finais	51
Referências bibliográficas	52

PARTE 2: PLANO DE CURSO

BNCC, Metodologias de ensino, Objetivo e justificativa	54
Estrutura do Plano de curso	56

INTRODUÇÃO

Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, dirige sua argumentação à compreensão da opressão vivenciada pela mulher. Tal argumentação é, em certos pontos, direcionada a partir da influência da obra *A Fenomenologia do Espírito* de Hegel. A obra de Beauvoir é estabelecida sob argumentação da moral existencialista de Sartre, Heidegger e Merleau-Ponty. Sendo assim, quanto à condição da mulher, Beauvoir salienta que se o corpo não é uma coisa, é uma situação: é a nossa tomada de posse do mundo e o esboço de nossos projetos. (Beauvoir, 2019, p.10), ou seja, nessa perspectiva a mulher vista enquanto corpo objetificado pressupõe em seguida a sua situação no mundo.

A mulher enquanto corpo objetificado tem sua liberdade anulada e, em decorrência disso, não se afirma enquanto sujeito concreto. A sua liberdade e sua afirmação são atribuídas ao homem, o qual constitui o caminho pelo qual a mulher tem possibilidades de transcender, mesmo que de forma inautêntica. Todo sujeito coloca-se concretamente através de projetos como uma transcendência; só alcança sua liberdade pela sua constante superação em vista de outras liberdades; não há outra justificação da existência presente senão sua expansão para um futuro indefinidamente aberto (Beauvoir, 2019. p.26). Desse modo, a mulher traz a liberdade de modo intrínseco a sua existência, ou seja, a capacidade de definir o seu próprio destino, pois é o que Beauvoir quer sustentar.

A alteridade constitui-se como essencial para o pensamento humano, pois ela é inerente ao modo pelo qual os indivíduos se situam no mundo. Ela é um aparato principal da hostilidade na relação do Eu (homem), constituído como sujeito, com o outro (mulher), considerada objeto. Portanto, a alteridade tem grande relevância na obra de Beauvoir pela sua capacidade de explicitar a dualidade. Diante disso, a alteridade é, pois, o ponto de partida para a compreensão da situação de opressão vivenciada pela mulher, bem como o modo pelo qual sua liberdade é negada, a partir de restrições sociais em que impedem que a mulher venha a se afirmar enquanto tal e que exerça a sua transcendência.

Na relação da alteridade absoluta constituída pelo homem, há a impossibilidade de transcendência quanto ao sexo que é subordinado a ser secundário, pois o único caminho que

lhe é fornecido é que a sua liberdade seja reafirmada a partir da transcendência masculina. Ou seja, que a transcendência que lhe é fornecida pode-se tornar concreta apenas pelo desempenho da imanência. Desse modo, a alteridade, que subjuga um sexo correspondente da dualidade e privilegia outro, é a forma pela qual a liberdade é negada à mulher por meio da imanência.

Dessa maneira, através da questão da alteridade absoluta, cria-se o mito do eterno feminino, que corresponde à hierarquização dos sexos. Sendo assim, o que Beauvoir chama de Eterno Feminino contribui para impedir a mulher de tornar-se alguém que não o Outro, de transcender a sua situação, que lhe é apresentada como aparentemente fixa e natural. (Oliva, Juliana, pág. 279) Diante disso, este mito é um conceito produzido pela sociedade, de modo a idealizar a mulher na categoria de objeto, ou seja, de outro, enquanto enfatiza a relação de hierarquização entre os sexos. Logo, este conceito é utilizado como meio para a reafirmação do patriarcado e tentativa de definição da mulher, a qual corresponde a uma criação enraizada pela sociedade ao longo da história, de modo a condicioná-la em sua imanência, o que inviabiliza o exercício de sua transcendência.

Pode-se afirmar, portanto, que o mito do eterno feminino é um modo de tentar naturalizar a opressão vivenciada pela mulher, tal como colocada na relação da alteridade. Sendo assim, é imprescindível fundamentar a hierarquização gerada por esse mito, a partir da biologia e também de forma psíquica e conseqüentemente a negação do desempenho da liberdade da mulher, de forma cultural e social.

A biologia é demonstrada como um modo de justificação da opressão vivenciada pela mulher. No entanto, no capítulo sobre os dados da biologia, Beauvoir argumenta que há a diferenciação entre os sexos, sendo a reprodução ontologicamente fundada, sem que seja, contudo, suficiente para fundamentar a opressão e o mito do eterno feminino. A mulher é vista de forma negativa a partir de suas estruturas fisiológicas, as quais a condicionam em sua imanência. Beauvoir salienta que o termo fêmea é pejorativo não porque enraíza a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo. (Beauvoir, 2019, p.31). Em vista disso, a mulher é subordinada ao interesse da espécie e ao desempenho da imanência, o que a impossibilita de exercer sua transcendência. Sendo assim, Simone de Beauvoir situa a sua atenção para os termos passivo e ativo, em que a fêmea é situada como passiva devido a sua permanência e envolvimento na espécie em relação à sua facticidade e imanência. O homem é situado como ativo, pois há elemento subjetivo, ou seja, a transcendência.

Diante dessa questão acerca da biologia, é imprescindível salientar que não há a possibilidade de definir a mulher a partir de sua sexualidade, estruturas fisiológicas, bem como útero, ovários, gametas, embora ela seja vista como indivíduo subordinado à espécie pela questão da maternidade. De acordo com Simone de Beauvoir finalmente, uma sociedade não é uma espécie: nela, a espécie realiza-se como existência; transcende-se para o mundo e para o futuro; seus costumes não se deduzem da biologia (Beauvoir, 2019, p.64). Ou seja, Beauvoir argumenta a partir de uma moral existencialista em que a biologia não constitui elemento possível de definição, enquanto a existência e a sua associação com a sociedade é que está inserida na sua relação com o mundo e com a transcendência. Portanto, o argumento quanto à biologia é outro elemento da tentativa de naturalizar a condição de opressão vivenciada pela mulher. Por conseguinte, é nos preconceitos e estruturas sociais que foram embutidos ao longo da história que reside a negação da transcendência feminina, os quais utilizam a alienação corporal em relação ao falo como uma tentativa de justificação da opressão.

Simone de Beauvoir dedica o segundo capítulo do primeiro volume de sua obra para explicitar a relação em que Freud tece ao falo uma simbologia de soberania, nesse sentido, o falo é constituído como elemento exclusivo da sexualidade masculina. Assim sendo, a sexualidade feminina é negligenciada, uma vez que segundo Freud a mulher sente-se um ser humano mutilado. A ênfase deste texto não é a crítica à psicanálise feita por Beauvoir, mas a relação em que o psiquismo é utilizado como uma forma de limitar o destino da mulher. De acordo com Beauvoir “ não é a natureza que define a mulher: esta é que se define retomando a natureza em sua afetividade. (Beauvoir, 2019, p.67)”, ou seja, a mulher enquanto existência não se reafirma devido sua situação cultural em relação aos preconceitos sociais em que foi submetida ao longo da história. Por conseguinte, o argumento freudiano não constitui causa para restringir o destino da mulher, uma vez que sua anatomia não é fundamento para limitação da sua liberdade, já que a mesma se encontra intrínseca com sua existência, embora a liberdade seja negada por meio da cultura.

Além disso, vale enfatizar a relação entre subjetividade e facticidade e como ela se desenvolve em meio à sociedade. A subjetividade constitui-se como elemento inerente à existência, dado que os indivíduos se afirmam enquanto sujeitos correspondentes de suas liberdades individuais. No entanto, quanto à mulher, lhe é de maneira social impedido de exercê-la, pois sua condição é marcada pela facticidade, ou seja, a situação correspondente da mulher no mundo a localiza enquanto indivíduo objetificado.

A facticidade corresponde ao mito do eterno feminino, da tentativa de justificação por intermédio da biologia, bem como do caráter que é, a partir daí, atribuído à mulher. Beauvoir afirma "Só que as condutas que se denunciam não são ditadas à mulher pelos seus hormônios nem prefiguradas nos compartimentos de seu cérebro: são marcadas pela sua situação."(Beauvoir, 2019. p.407). Diante disso, é na situação da mulher que reside a facticidade, a qual subjuga a mulher e nega-lhe a subjetividade; toda essa problemática está na sociedade que condiciona a mulher à facticidade.

A célebre frase "Ninguém nasce mulher, mas tornar-se mulher" é imprescindível para salientar o caráter cultural advindo da sociedade. A mulher, em relação ao homem, é o Outro, na medida em que se constitui como um ser objetificado. Esta relação de hostilidade, reflete o modo pelo qual a mulher foi subjugada e conseqüentemente objetificada para cumprir os anseios sociais, os quais tentam definir o que são a mulher e seu destino. Desse modo, é na sociedade que se constitui a impossibilidade de transcendência, bem como o caráter que lhe é atribuído para o exercício de sua imanência.

A mulher é, pois, de forma social subjugada à imanência, com o caráter que lhe é imposto, bem como com a maternidade e a instituição do casamento. A relação entre esses elementos é marcada pela sua situação, ou seja, pela facticidade que se constitui a partir da relação de dualidade entre o Eu sujeito e Outro objeto. Sendo assim, a alteridade e o mito do eterno feminino, são limitantes da transcendência feminina, pois subjuga a mulher em sua situação.

Portanto, a condição de opressão vivenciada pela mulher reside na alteridade absoluta que a subjugava ao exercício da sua imanência, bem como no mito do eterno feminino, em que estabelece de forma social a hierarquização entre os sexos, de forma "natural". A mulher, enquanto existência, traz a liberdade de modo intrínseco; nisso reside a subjetividade que lhe é negada a partir de sua facticidade, ou seja, sua situação, marcada pela sociedade e cultura que a condiciona em sua imanência. A alteridade é o ponto de partida para o entendimento da situação da mulher em que é vista de forma social a partir do mito do eterno feminino e da impossibilidade do exercício de sua liberdade.

ALTERIDADE E MITO DO ETERNO FEMININO

Simone de Beauvoir inicia sua obra “O Segundo Sexo” (1949) percorrendo sobre a querela do feminismo, sobre a qual a filósofa assinala suposições advindas da sociedade, que tendia, a seu ver, a apresentar tal discussão como encerrada. Nesse contexto, Beauvoir destaca o fato de a teoria do “eterno feminino” ter adeptos, indaga a respeito do que é ser mulher e trabalha essa questão em suas dimensões social, biológica, psíquica e econômica, recorrendo ainda a imagens míticas da mulher na literatura.

De saída, Beauvoir menciona sua hesitação em escrever um livro acerca da querela do feminismo, que, diz a autora, se relaciona às visões essencialistas. Estas visões sinalizam para o problema acerca da existência da mulher: será que há mulher? A feminilidade como modelo não registrado (indaga Beauvoir) e por isso não existente, mas condicionante, é o ponto a partir do qual ela constata que há mulheres. É com relação à feminilidade que Beauvoir reitera a questão que veremos na célebre frase do segundo volume da obra: “Ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher” (Beauvoir, 2019b, p.11). Beauvoir, em relação ao ideal de feminilidade, reitera que a crença em tal visão exorta as mulheres a continuarem mulheres e tornarem-se mulheres (Beauvoir, 2019a, p.9). Essas duas observações encontram-se, respectivamente, na primeira página de cada volume e podemos supor que Beauvoir os inicia validando que a existência da mulher é produto da imanência, no caso em questão, relacionada à construção do ser mulher.

Diante disso, segundo a autora, vale averiguar o que é ser mulher, como ela se constitui no mundo. Será que encontramos alguma definição de mulher através da biologia ao salientarmos sobre o seu útero, sobre seus ovários, por exemplo? Afinal, o que é a teoria do “eterno feminino”? Tais indagações nos permitem concentrarmos sobre a ótica da situação da mulher, pois é ela que nos traz os elementos necessários para o encaminhamento de respostas. Desse modo, Beauvoir centraliza o que será discutido ao longo da obra ao explicitar acerca do comportamento instituído culturalmente para a mulher como uma reação

secundária a uma situação (Beauvoir, 2019a, p.10). Beauvoir afirma que as mulheres são as mais indicadas para elucidar sobre sua própria situação (Beauvoir, 2019a, p.24)

O que é essa situação? Beauvoir identifica que a mulher costuma ser considerada um indivíduo secundário, enraizado na dualidade entre sujeito e objeto: o homem é tido como sujeito (Eu) perante a mulher, tomada como objeto (Outro). Sendo assim, temos a questão da alteridade, pois o homem refere-se a si mesmo de forma absoluta pelo modo como desempenha sua liberdade em detrimento da mulher. Ambos os sexos têm a liberdade intrínseca ao seu ser, porém a distinção da liberdade entre os dois sexos é dada através da imposição patriarcal em que a mulher não exerce tal liberdade porque é submetida a uma situação que a torna cativa de seu sexo.

A mulher é o negativo (toda determinação lhe é imposta como limitação), já o homem é positivo e neutro no sentido de humanidade. A subjetividade da mulher é negada visto que apenas a do homem traz relevância. “ A mulher tem ovários, um útero; eis as condições singulares que a encerram na sua subjetividade; diz-se de bom grado que ela pensa com suas glândulas.” (Beauvoir, 2019,p.12). A subjetividade feminina condiz a uma prisão, obstáculo (palavras usadas por Beauvoir na mesma página) referenciado a seu corpo (útero, ovários). A mulher se diferencia em relação ao homem e não ele em relação a ela.

Para Heci Candiani, leitora de Beauvoir, considerar a situação da mulher é imprescindível para que seja possível discorrermos sobre as opressões sofridas pelo sexo feminino. (Candiani, 2018, p.19) Assim sendo, a situação da mulher enquanto alteridade é o ponto principal para a pergunta já feita acima sobre o que é ser mulher. O conceito de mulher em seu sentido estrito é produto do patriarcado. Isto se estabelece a partir dos mitos sociais: feminilidade, eterno feminino.

O conceitualismo é mais uma das visões essencialistas baseadas na ideia pré-formada de mulher. Nesse sentido, os conceitualistas se respaldam na essência, isto é, no mito do “eterno feminino”, que normaliza e mantém a situação de hierarquização entre homens e mulheres, como algo fixo e natural. O conceitualismo é insuficiente para responder à pergunta que a filósofa propõe: o que é a mulher? Nele, os argumentos convergem para a

afirmação de que há uma essência. A filósofa recorre a uma moral existencialista, isto é, a existência pressupõe a liberdade, de modo que se anula a noção equivocada de uma “essência feminina”.

No que diz respeito a visões essencialistas sobre a mulher, Beauvoir destaca o nominalismo, perspectiva que sustenta não haver distinção entre mulheres e homens com o argumento de que ambos são seres humanos. No entanto, Beauvoir reitera que tal afirmação é abstrata, uma vez que os indivíduos se afirmam enquanto sujeitos em um mundo singular. Além disso, a hipótese de que não existem mulheres corresponde a uma fuga inautêntica e não as liberta de sua situação, além de caracterizar um ato de má-fé. (Beauvoir, 2019a, p.10). Logo, o nominalismo tenta demonstrar que existe uma igualdade abstrata entre os sexos e ao mesmo tempo nega a existência da mulher :

O conceitualismo perdeu terreno: as ciências biológicas e sociais não acreditam mais na existência de entidades imutavelmente fixadas, que definiriam determinadas características como as da mulher, do judeu ou do negro. (Beauvoir, 2019a, p.10).

Para Thana Souza, é por meio de um jogo entre subjetividade e facticidade que é possível estabelecer o que é a mulher. A facticidade é o ponto que sustenta sua existência. (Souza, 2018, p.223). A história concreta da mulher é a própria facticidade e o eterno feminino é consequência de noções limitantes. A facticidade é o ponto, pois, que comprova a existência da mulher como o Outro e a subjetividade é mesmo uma facticidade, no ponto de vista social, do eterno feminino.

Neste ponto, podemos notar que reside uma investida do mito do “eterno feminino”, o qual insiste em manter a situação da mulher de forma hostil. Tal mito mobiliza justificativas abstratas, visto que a questão da “existência semelhante” não a isenta de sofrer a opressão e a má-fé implica um aprisionamento na situação. Por conseguinte, tal visão não nos indica prova alguma porque não interrompe toda a conjuntura que inseriu a mulher em um papel inferior. O conceito de eterno feminino nos indica tal inferioridade. Beauvoir compara a luta das mulheres com a dos negros, judeus e proletários e sintetiza que a distinção incide na

dificuldade das mulheres em criar uma coletividade; não há, nesse caso, uma maioria que oprime uma minoria, pois a questão numérica é semelhante entre os sexos. É em uma situação opressiva, condicionante e histórica que a mulher encontra tal inferioridade. No entanto, o laço com seu opressor e a má-fé constituem uma afirmação de sua existência através do sujeito absoluto.

O homem que constitui a mulher como um Outro encontrará nela profundas complicitades. Assim, a mulher não se reivindica como Sujeito porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de Outro. (Beauvoir, 2019, p.18)

Além disso, quanto a sua afirmação enquanto sujeito, ela a negligência, de acordo com a filósofa, por encontrar nos laços com seu opressor vantagens, inclusive de ordem econômica, que a prendem a essa vassalagem. Sua afirmação é subordinada ao homem que lhe confere uma falsa transcendência. Embora tal situação venha mudando, a mulher ainda se encontra em uma posição inferior ao homem, pois o mundo sempre pertenceu a eles. (Beauvoir, 2019a, p.16 a 17) Logo, o homem se beneficia da alteridade da mulher e, em consequência disso, concebe-se a igualdade inautêntica.

Margaret Simons destaca o diário de Simone de Beauvoir, nomeado como “Ensaio sobre a situação da mulher”, como algo essencial para a tese da filósofa francesa sobre a situação. Nas anotações deste diário, é possível perceber que, para Beauvoir: “A feminilidade não é uma essência ou uma natureza, mas sim uma situação criada pelas civilizações a partir de alguns dados fisiológicos (Simons. 2000, p.89)”. A tese de Beauvoir nos evidencia o eterno feminino como criação/formação de um Outro absoluto e ao mesmo

tempo contrapõe-se a toda tese que seja essencialista. Portanto, a feminilidade não é uma essência, mas uma situação engendrada a partir do próprio mito do eterno feminino.

Além disso, acerca da má-fé, Beauvoir, no segundo volume de sua obra, faz a seguinte afirmação“(...) Mas a mulher está sempre disposta a adotar em relação ao mundo uma conduta de fracasso, porque nunca o enfrentou francamente. (...)” (Beauvoir, 2019b, p.418). Esse trecho relaciona-se com o conceito de má-fé, pois Beauvoir aborda a experiência vivida pela mulher que implica um aparato social. Tal aparato a direciona a seguir um entrelaçamento em sua situação e a conformar-se a ela. Segundo Beauvoir: “ Na maior parte do tempo ela não se resigna em se resignar; sabe muito bem o que suporta, e o suporta contra sua vontade; é mulher sem ter sido consultada; não ousa revoltar-se; é irritada que se submete; sua atitude é uma recriminação constante. (Beauvoir, 2019b, p.416).” Logo, podemos notar através das duas passagens do texto o peso de encerrar-se na situação de Outro, isto é, o peso da má-fé, da imanência e da vida inautêntica.

Desde a infância, ela é inserida em constrições sociais e subordinada a ser mulher. O mito da feminilidade foi, então, criado para que as mulheres agissem de acordo com os preceitos patriarcais. O ser mulher é ensinado em sua formação desde a infância em que certas brincadeiras são destinadas a ditar como ser uma boa esposa ou mãe, e contos de fadas situam a mulher esperando por um príncipe para que haja um sentido em sua vida. Em melhores palavras, sua existência só pode ser afirmada por meio do homem. Esse é o cenário em que, desde a infância, o mito do eterno feminino age no tornar-se mulher, isto é, na sua formação, como aponta a citação a seguir:

Por meio de cumprimentos e censuras, de imagens e palavras, ela descobre o sentido das palavras “bonita e feia”: sabe, desde logo, que para agradar é preciso ser “bonita como uma imagem”; ela procura assemelhar-se a uma imagem, fantasia-se, olha-se no espelho, compara-se às princesas e às fadas dos contos. (Beauvoir, 2019b, p.23)

O primeiro capítulo do segundo volume, sobre a infância, explicita um narcisismo precoce na menina que constitui um aprisionamento em sua condição de **ser** mulher, de ser

constituída como tal, em alienar-se no eterno feminino. Beauvoir ressalta a necessidade da menina em ser admirada, de existir para outrem. (Beauvoir, 2019b, p.23). A boneca é um alter ego na medida em que é o seu objeto externo e, assim como a mãe se coloca diante da criança (representada aqui pela boneca), a ela são destinadas suas confidências, cuidados, autoridade etc. (Beauvoir, 2019b, p.23). Não há nenhum "instinto inato" na mulher em ser mãe, mas sim uma instituição no cumprimento da maternidade a partir da qual, através do "eterno feminino", força-se a constituição de tal destino.

Com a adolescência e a puberdade, inicia-se na vida da mulher uma nova fase, que traz a espera de sair do lar de seus pais e de se entregar como corpo passivo. Beauvoir afirma que "A personalidade e os comportamentos da jovem exprimem sua situação" (Beauvoir, 2019b, p.120). A jovem encara a puberdade e a iniciação sexual juntamente com a obstinação social pelo casamento; embora confusa em uma nova fase de sua vida, ela aprende que precisa ser caprichosa, meiga, passiva, pérfida e traiçoeira. Segundo Beauvoir, ela exprime desejos e não uma vontade verdadeira, é obrigada a oferecer ao homem o mito de sua submissão. (Beauvoir, 2019b, p.108 a 109). Em sua adolescência, o eterno feminino a conduz a uma passividade e aceitação de sua própria submissão.

Portanto, é sobre a ótica da mulher enquanto indivíduo subordinado a uma situação que queremos avançar. Para isso, é necessário recusarmos as noções abstratas que tentam definir a mulher, tais como aquelas que partem do conceitualismo e também dos conceitos de igualdade, inferioridade e superioridade (Beauvoir, 2019a, p.24).

A relação entre os sexos é marcada pela historicidade que configura o "eterno feminino" e pela alteridade que condiciona a mulher a uma situação. Assim, para que o homem mantenha o seu privilégio, criam-se destinos possíveis para a mulher, os quais tentam defini-la como alteridade, isto é, destinos através da biologia, da psicanálise e do materialismo histórico. É por meio de destinos engendrados que o eterno feminino reforça os ensinamentos a respeito do ser mulher.

1.2 BIOLOGIA E EXISTÊNCIA

Beauvoir recorre à biologia para legitimar sua tese acerca de que tal ciência não possui elementos que determinem a submissão da mulher. Neste capítulo, as concepções sociais enraizadas na fisiologia seguem latentes. Diante disso, Beauvoir salienta que há a divisão dos sexos e que ela é biologicamente fundada entre homem e mulher, mas que tal fato não encontra elementos para subjugar a mulher como o Outro, embora a força física entre ambos os sexos seja distinta. (Beauvoir, 2019a, p.33, p.59)

A autora faz uma análise da fêmea, termo que havia ressaltado como pejorativo no início do capítulo. Essa análise é puramente biológica e aborda desde as células aos insetos, passando pelos mamíferos e por seres cuja reprodução depende dos ovos. A filósofa pretende analisar a importância da fêmea na espécie e em sua perpetuação, quanto à sua diversidade no reino animal e ao fenômeno da reprodução, de modo que a autora assinala variadas possibilidades. No entanto, é importante ressaltar que a visão que Beauvoir está descrevendo é antes de tudo, masculina, isto é, negativa. (Beauvoir, 2019a, p.27)

Beauvoir recorre a Merleau-Ponty, que afirma ser através da atividade sexual que os homens definem os sexos e suas relações e geram valor, sem que ela corresponda necessariamente à natureza humana. (Beauvoir, 2019, p.34). Isto é, a relação entre os sexos ultrapassa os dados biológicos e implica uma relação social. De acordo com Simone de Beauvoir:

A presença no mundo implica rigorosamente a posição de um corpo que seja a um tempo uma coisa do mundo e um ponto de vista desse mundo: mas não se exige que esse corpo possua tal ou qual estrutura particular. (Beauvoir, 2019a, p.35)

A mulher e seu corpo correspondem ambos a uma situação, à sua tomada de posse no mundo e ao esboço de seus projetos. (Beauvoir, 2019a, p.62). O corpo da mulher, na filosofia de Beauvoir, representa elementos imprescindíveis, posto que ele é parte constituinte da sua relação com o mundo e do lugar social que esse mundo lhe atribui. Desse modo, pode-se afirmar que esse corpo é estabelecido de forma pejorativa, na medida em que a liberdade lhe

é negada e também inserida em uma perspectiva enquanto alteridade negativa. Logo, quando salientamos sobre o corpo da mulher, notamos que há uma especificidade acerca de sua afirmação enquanto sujeito, de modo que ele será situado como objetificado, negando-lhe uma singularidade devido: 1- à situação que ela ocupa no mundo; 2- à perspectiva social e cultural que direciona a mulher no mundo como objeto (corpo) para cumprir parâmetros sociais; 3- ao enraizamento da mulher na facticidade, com sua localização como objeto, de modo que sua subjetividade é direcionada a seu corpo.

No capítulo do segundo volume acerca da infância, Beauvoir salienta sobre a passividade em relação à menina que se estenderá a sua vida adulta. Tal passividade é também comentada no capítulo sobre a biologia em referência ao sexo masculino tomado como ativo (Beauvoir, 2019a, p.35). Diante disso, Beauvoir nos explica em “A infância” que a passividade não é um dado biológico, mas está em consonância com a formação da mulher, sendo algo imposto a esta por seus educadores e pela sociedade. (Beauvoir, 2019b, p.24). A menina é constricta a existir para outrem enquanto o menino é encorajado a pôr-se para si. (Beauvoir, 2019b, p.24). Diante disso, é em sua formação que a mulher é impelida como passividade na dinâmica corpo-objeto, como carne, pois Beauvoir afirma que a menina tem em sua boneca um alter ego como coisa passiva e o narcisismo lhe é incumbido socialmente de modo a ser endereçado a outrem. (Beauvoir, 2019b, p.23).

Juliana Oliva, em seu artigo sobre o Outro a partir da corporeidade, ressalta que a subjetividade da mulher está sujeita a seu próprio corpo. (Oliva, 2018, p.273). Isto é, enquanto ao homem a subjetividade é integrada a sua autonomia e transcendência e a seu corpo como domínio no mundo, a mulher é vista enquanto organismo, o qual marca sua situação. Logo, afirmar que a subjetividade é corporificada é o mesmo que admitir que a mulher está condicionada a uma facticidade, ou seja, a uma experiência concreta que a sociedade e a cultura lhe apresentam, ou, em melhores palavras, lhe impõem.

Destarte, devemos nos atentar para o fato de que, desde a puberdade, a mulher sofre em sua posição secundária, pois, como afirma Beauvoir, “(...) a puberdade transforma o corpo da

jovem. Ele torna-se mais frágil que antes. (...)” (Beauvoir, 2019b, p.76). A essa fragilidade relacionam-se também os seus órgãos reprodutores, assim como os períodos que a enraízam em seu sexo, tais como o menstrual, a menopausa e a gravidez. Com relação a esta, a autora escreve:

“(...) É nesse período que ela sente mais penosamente seu corpo como uma coisa opaca e **alienada**; esse corpo é presa de uma vida obstinada e alheia que cada mês faz e desfaz dentro dele um berço. (...)”. (Beauvoir, 2019a, p.57)

O período menstrual traz a mulher à alienação, mas ela se sente, segundo Beauvoir, ainda mais alienada quando engravida. (Beauvoir, 2019a, p.57). Além disso, a autora explicita que a mulher é escravizada pelo interesse da espécie. (Beauvoir, 2019a, p.45) A maternidade, isto é, sua alienação corporal, é um elemento que aparece no texto de Beauvoir de modo a poder ter uma aparência pejorativa. Desse modo, seria então a maternidade um atributo feminino que condiciona a mulher à espécie e a cumprir a alteridade.

Para Kristana Arp em “ Beauvoir’s Concept of Bodily Alienation”, a alienação corporal não corresponde a um dado biológico, mas a uma concepção social que constituiria um obstáculo (Arp. 1994, 167). Esse argumento é importante para estabelecermos a relação entre a biologia e o eterno feminino. Visto que a biologia não atribui valor ao corpo, essa tarefa é realizada pelo eterno feminino. Logo, não são a menstruação ou a gravidez que alienam, que coisificam a mulher, mas a sociedade. O mito do eterno feminino obstina-se por sua permanência patriarcal, sendo a biologia um dos modos de justificação que ele encontra para continuar a moldar a mulher dentro de uma essência e “ feminilidade” existentes dentro de um padrão social.

Léa Silveira, em “Sexualidade feminina, alienação corporal e destino”, propõe uma especulação instigante ao perguntar se faz sentido para o feminismo assumir a inferioridade corporal? O ponto da autora é, ao meu ver, questionar a visão biológica negativa que vemos no capítulo sobre os dados da biologia, embora tenhamos como resposta que a obra se direciona a um ponto equivocado e masculino, logo, negativo. No contexto social e patriarcal,

faz sentido especularmos acerca dessa questão da inferioridade? (Silveira, 2019, p.105). Assumir tal ponto constitui exatamente ir na mesma direção que o patriarcado, o qual aqui Beauvoir almeja ultrapassar. Logo, tal questão é interessante para a reflexão acerca do próprio conceito de inferioridade, que impõe uma limitação à mulher, instaurando uma hierarquia e condicionando-a ao eterno feminino.

Quando nos direcionamos ao corpo da mulher, é nítida a sua objetificação por meio do mito do eterno feminino, isto é, para reafirmar sua posição tal como vista a partir da alteridade, o corpo e sua fisiologia se integram através dos mitos sociais, especialmente do mito do eterno feminino. Beauvoir afirma que o corpo é submetido a tabus, leis e valores. (Beauvoir, 2019a, p.64), introduzidos pelo eterno feminino. Logo, a mulher e sua biologia, bem como estruturas fisiológicas e a maternidade, são elementos que a compõem, mas não a definem.

Beauvoir é uma filósofa existencialista, ou seja, para ela, o indivíduo cria seu próprio projeto, pois enquanto existente gera os seus próprios valores e a sua subjetividade. Posto isto, Beauvoir afirma que, apenas nos animais, há um controle da maternidade por meio do cio e estações, porém na mulher isso é indefinido e apenas a sociedade pode decidir a seu respeito. (Beauvoir, 2019a, p.63).

Em vista disso, a biologia é uma ciência abstrata para oferecer os motivos relacionados à situação de alteridade, da mulher enquanto Outro. A estrutura fisiológica e as questões biológicas da mulher não correspondem aos valores impostos culturalmente a ela. (Beauvoir, 2019a, p.64). Logo, a biologia, mesmo que explique as diferenças fisiológicas do nosso organismo, não respalda a hostilidade patriarcal que a mulher tem sofrido ao longo da história

“Finalmente, uma sociedade não é uma espécie: nela, a espécie realiza-se como existência; transcende-se para o mundo e para o futuro; seus costumes não se deduzem da biologia; os indivíduos nunca são abandonados à sua natureza; obedecem a essa segunda natureza que é o costume e na qual refletem os

desejos e os temores que traduzem sua atitude ontológica.’
(Beauvoir, 2019a, p.64)

Por conseguinte, vale ressaltar que o corpo e sua relação com o mundo são elementos importantes e constituintes no que concerne à situação da mulher. Segundo Beauvoir, “o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir.” (Beauvoir, 2019a, p.65).

Como visto acima, o eterno feminino utiliza o corpo como meio de justificação da opressão patriarcal, mas para que possamos entender o porquê de sua posição secundária, Beauvoir entende ser necessário investigar o contexto social, econômico, histórico e psíquico em que ela está inserida. Será que em seu psíquico haverá algo que justifique sua opressão?

1.3 PSIQUISMO E SITUAÇÃO

Beauvoir inicia o capítulo acerca do ponto de vista psicanalítico reiterando sobre o progresso que a psicanálise apresenta em relação à biologia. Através da psicanálise é possível ultrapassar o físico, o corpo-objeto para ir em direção ao psíquico. Não é a natureza que define a mulher: esta é que se define retomando a natureza em sua afetividade. (Beauvoir, 2019a, p.67).

A filósofa não pretende criticar todo o sistema psicanalítico, a crítica refere-se, segundo a autora, ao uso de termos de modo restrito, assim como ao valor que é atribuído ao “falo” como uma proeminência masculina, sendo tal valor simbólico, correspondente a caráter e situações viris. (Beauvoir, 2019a, p.67).

Beauvoir pretende aqui criticar a ideia freudiana acerca da mulher como um indivíduo que sente inveja do homem e de seu pênis, isto é, de seu falo que será enfatizado pela autora como um simbolismo de posteridade. A mulher seria, de acordo com essa visão, um indivíduo incompleto psiquicamente e essa incompletude se evidenciaria a partir da percepção de sua diferença anatômica.

A concepção de mutilação feminina corresponde a uma comparação e valoração, defende Beauvoir (Beauvoir, 2019a, p.70). Tal valoração e comparação, concernem a uma

inveja que a mulher tem do homem, relacionada ao que o falo como simbolismo de posteridade representa para ele. De outro modo, não é a mulher como castrada/mutilada que inveja o pênis como algo excluído, incompleto em relação a ela, mas em direção ao valor que o falo confere ao homem.

A mulher como sendo um homem mutilado é uma questão que reflete em uma valorização do falo, como resultante do patriarcado, assim como defende Beauvoir. Essa afirmação do falo como um simbolismo histórico patriarcal é a crítica que Beauvoir destina de modo central a Freud e a mais coerente para falarmos do objeto deste texto: o eterno feminino e a alteridade.

O complexo de castração ocorre quando o menino teme que o pai o mutila e por isso nasce a agressividade em relação ao pai. Na menina, a fase seguinte encontra-se com o pai, e nela tem lugar uma compensação, porque ela pensa ser um ser mutilado, de modo que a ternura que ela vê em seu pai compensaria a sua ``inferioridade anatômica``. (Beauvoir, 2019, p.69 a 70). Beauvoir afirma que Freud situa a autoridade do pai como decorrente da cultura, o que significa, podemos pensar, que tal autoridade é patriarcal e, portanto, histórica.

Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo*, dirige a Freud uma crítica cujo centro, assim podemos dizer, não foi digerido pela psicanálise até os dias de hoje. Tal centro reside em assumir que a valorização do falo precisa ser pensada como algo resultante do próprio patriarcado, ou seja, como algo que diz respeito ao próprio contexto e às premissas historicamente situáveis que produziram a opressão da mulher e sua designação como Outro. (Silveira, 2019, p.107)

A consideração da anatomia como destino, não pode ser vista de forma universal, argumenta Beauvoir. (Beauvoir, 2019a, p.76). A concepção de mutilação na mulher como algo que

imporia um destino, devido ao valor que o falo exerce como simbologia, é uma afirmação que condiciona a mulher à alteridade em um sentido negativo. Instituir tal concepção acerca do falo e da virilidade é, em melhores termos, evidenciar a posição patriarcal privilegiada que o homem ocupa no mundo. É situar o papel do mito do “eterno feminino”. Beauvoir reitera que a noção de mulher como um ser mutilado é calcada pela visão masculina. (Beauvoir, 2019a, p.70). A feminilidade é um modelo construído socialmente que estabelece valores “imutáveis” acerca da mulher. O eterno feminino como hierarquização dos sexos e manutenção do estado opressivo, constitui os valores sociais, dos quais Freud parece se vale para construir hipóteses acerca da mulher.

Beauvoir, no segundo volume de sua obra, no capítulo sobre a infância, destaca o fato de que, em nossa cultura, o pênis recebe, como símbolo de virilidade, uma valoração social. A menina, em sua formação, é conduzida à boneca, como forma de engendrá-la na categoria de Outro. Beauvoir vê em ambos, a boneca e o pênis, no lugar de alter ego, de modo que, para ela, esses dois elementos estabelecem a relação que a menina e o menino têm com a sociedade. Esse ponto é direcionado por Beauvoir de forma a correlacionar o pênis com a transcendência e a boneca com a imanência, correlação que converge com o patriarcado e com o mito do eterno feminino. Beauvoir utiliza do mesmo argumento no capítulo sobre a psicanálise, mas destacar essa relação no capítulo sobre a infância é enfatizar a formação da mulher, algo que nos mostra que tais fatores correspondem à sua história. Beauvoir refere-se ao simbolismo como elaborado pela realidade humana, ou seja, como uma construção patriarcal. (Beauvoir, 2019a, p.76).

No capítulo “A iniciação sexual” do segundo volume da obra, a autora aborda a sexualidade feminina e sua iniciação sexual. São analisados nesse capítulo a relação entre o homem e a mulher e o peso social e patriarcal que há no sexo. Beauvoir ressalta que, para o homem, o sexo concerne a fonte de satisfação de seus desejos. Já para a mulher, o sexo constitui-se como um “serviço” e a comprovação dessa questão é dada pela estrutura do casamento e pela prostituição. (Beauvoir, 2019b, p.126)

Beauvoir aponta que o defloramento da mulher ou sua iniciação sexual costuma ser percebido por ela como algo infeliz. Segundo um estudo que Beauvoir utiliza em sua obra, apenas 4% das mulheres sentem prazer vaginal, enquanto 50% o atingem apenas após semanas, meses ou anos. Além disso, Beauvoir direciona o prazer para o clitóris, prazer dificilmente atingido devido ao egoísmo masculino. Beauvoir cita Stekel que menciona “ Fazer o outro gozar, quer dizer dominá-lo; dar-se a alguém é abdicar à própria vontade”. (Beauvoir, 2019b, p.148). Assim, é nítido que o sexo confere a homens e mulheres necessidades distintas, o problema reside no valor que o patriarcado impõe à mulher para a perpetuação do eterno feminino, isto é, o valor de sua passividade.

No capítulo sobre o ponto de vista psicanalítico, o pênis confere ao homem, segundo Beauvoir, um alter ego, de modo que fazem parte dele a subjetividade e a transcendência. Beauvoir argumenta que a mulher, para se reafirmar enquanto sujeito e exercer sua transcendência, encontra objetos semelhantes ao falo. Desse modo, Beauvoir coloca a boneca como porto de partida dessa situação devido à questão da maternidade, (Beauvoir, 2019a, p. 77 a 78).

Assim, podemos perceber que os conceitos de eterno feminino e de alteridade são recorrentes quando estamos investigando as causas da opressão que a mulher vivencia. Nesse sentido, Silveira salienta que há um entrelaçamento entre psíquico e social. (Silveira, p.21, 2019). Notamos que esse entrelaçamento corresponde, em larga medida, ao patriarcado.

Vale ressaltar a visão existencialista que a filósofa defende e que tais argumentos freudianos não são suficientes para nos explicar por que a mulher se tornou o Outro. Será que encontraremos uma resposta pela via da situação econômica?

1.4 OPRESSÃO ECONÔMICA E HISTÓRICA

Beauvoir salienta que a mulher não é uma espécie animal: é uma realidade histórica. (Beauvoir, 2019a, p.83). Há aqui, novamente, a investida da filósofa de demonstrar que a

mulher é fruto de sua facticidade, ou seja, de sua experiência concreta. Beauvoir afirma que a consciência da mulher não se integra apenas por meio de sua sexualidade, mas pela estrutura social e econômica em que está inserida. Segundo Engels “Veremos que, com a constituição da propriedade privada, a mulher torna-se uma propriedade, de modo que podemos observar a família baseada nessa questão econômica.” (Beauvoir, 2019a, p.84 a 85) Logo, a mulher sofre também com a opressão econômica.

O materialismo histórico compreende a mulher a partir de uma perspectiva econômica. Karl Marx e Friedrich Engels assumem que a sociedade divide-se em duas classes: proletariado e burguesia. Tal ponto concentra-se no estabelecimento da propriedade privada e na opressão econômica que o proletariado sofre por meio dos donos dos meios de produção. Engels defende que, com a abolição da propriedade privada, a querela da mulher também se institui, de modo que a mulher é, para Engels, uma trabalhadora, pois o surgimento da família ocorre ao mesmo tempo que o da propriedade privada.

A mulher considerada a partir da ideia de trabalhadora e não apenas como dona de casa, traz ressalvas, uma vez que o trabalho formal não isenta o trabalho doméstico. A maternidade encontra-se também como uma das atribuições que acarreta na vida da mulher esforço laboral. Embora haja a separação dos trabalhadores entre sexos, devido à inferioridade muscular admitida por Beauvoir e relatada através da história, é ressaltado que a distinção se dá pela situação concreta da mulher como o Outro.

Com o aparecimento da propriedade privada, o capitalismo traz não somente a necessidade laboral feminina, mas também a mulher como propriedade privada do homem, isto é, o capitalismo traz a família patriarcal baseada na autoridade do homem e na alteridade negativa da mulher.

Explicita Beauvoir:

É impossível assimilar muito simplesmente a gestação a um trabalho ou a um serviço, como o serviço militar. Viola-se mais profundamente a vida de uma mulher exigindo-se dela filhos do que regulamentando as ocupações dos cidadãos: nenhum

Estado ousou jamais instituir o coito obrigatório. No ato sexual, na maternidade, a mulher não empenha somente tempo e forças, mas ainda valores essenciais (Beauvoir, 2019a, p.89)

A maternidade é compreendida por Beauvoir como engendradora a uma opressão. É neste ponto que se situa o eterno feminino como constituinte de uma manutenção da situação da mulher enquanto alteridade negativa. Nesse contexto, o trabalho não isenta a mulher da categoria de Outro que lhe impõem, apenas introduz mais questões:

Não seria possível obrigar diretamente uma mulher a parir: tudo o que se pode fazer é encerrá-la dentro de situações em que a maternidade é a única saída, a lei ou os costumes impõem-lhe o casamento, proibem as medidas anticoncepcionais, o aborto e o divórcio. (Beauvoir, 2019a, p.89)

Beauvoir em “A mulher independente”, último capítulo do segundo volume, aponta para um problema existente no trabalho convencional, ligado ao baixo salário feminino e ao alto custo de vida. (Beauvoir, 2019b, p.504 a 505). Beauvoir dirige o baixo salário como “salário de fome”, assim, a mulher pode tentar ser independente cumprindo esse ofício, mas por vezes decide ser sustentada, devido à sua condição laboral. (Beauvoir, 2019b, p.505)

É para a sociedade e para si mesma que ela se dedica aos cuidados com sua beleza e com seu lar. A filósofa aponta também para um regime alimentar feito pela mulher, como modo de mudar seu corpo para agradar o homem. É necessário cumprir o papel da feminilidade, da construção da alteridade, da manutenção do eterno feminino. Beauvoir ressalta que a feminilidade se impõe de fora a toda mulher, precisamente porque se define artificialmente pelos costumes e pelas modas. (Beauvoir, 2019,b p.506). Todo esse fluxo da vivência concreta da mulher deve-se à sua formação na condução social que lhe confere o papel de Outro. Também no capítulo sobre a mulher independente, enfatiza Beauvoir:

Não é, aliás, somente a preocupação com a opinião pública que a incita a dedicar tempo e cuidados à beleza, ao lar. Ela deseja continuar uma verdadeira mulher para sua própria satisfação.

Só consegue aprovar-se através do presente e do passado, acumulando a vida que fez para si com o destino que sua mãe que seus jogos infantis e seus fantasmas de adolescente lhe prepararam. Alimenta sonhos narcisistas; ao orgulho fálico do homem continua a opor o culto de sua própria imagem; quer exibir-se, encantar. Sua mãe, parentes e amigas mais velhas insuflaram-lhe o gosto pelo ninho: a forma primitiva de seus sonhos de independência foi um lar próprio; não pensa em renegá-los, mesmo tendo encontrado a liberdade por outros caminhos. E a medida que se sente ainda sem completa segurança no universo masculino. (Beauvoir, 2019, p.508)

Beauvoir concebe que o avanço do materialismo histórico é a contestação da situação concreta da mulher, o reconhecimento além de sua estrutura fisiológica e sexual. No entanto, ela destaca que Engels não discerniu o caráter do Outro na luta feminina, mas, pelo contrário, tentou reduzi-la a um conflito de classes. É neste ponto que Beauvoir constata que a opressão ocorre em outras questões, pois, mesmo que a opressão econômica em relação à mulher como propriedade privada desaparecesse, ela continuaria na posição de Outro.

Beauvoir argumenta que no socialismo da União Soviética ainda havia uma relação de opressão das mulheres pela sociedade, assim como a obrigação da maternidade. Apenas a condição econômica entre os trabalhadores seria resolvida. “É impossível, vê-se por esse exemplo, encarar a mulher unicamente como força produtora; ela é para o homem uma parceira sexual, uma reprodutora, um objeto erótico, um Outro através do qual ele se busca a si próprio.”(Beauvoir, 2019a, p.89 a 90). Isto é, a mulher é mais que uma trabalhadora, os papéis sociais que ela ocupa na sociedade são designados pelo eterno feminino, pela designação de hierarquia entre os sexos, que é uma designação patriarcal.

Beauvoir aponta para o reconhecimento de sua situação e da criação de um “nós”, assim como ocorre com negros e proletários. Tal criação não acontece com as mulheres, pois estas não se afirmam autenticamente como sujeitos. A ação das mulheres sempre foi simbólica e tudo que ganharam não tomaram, mas receberam dos homens. “Isso porque não têm os meios concretos de se reunir em uma unidade que se afirmaria em se opondo.” (...) “Burguesas são solidárias dos burgueses e não das mulheres proletárias: brancas, dos homens

brancos e não das mulheres negras.” (Beauvoir, 2019a, p.16). Beauvoir argumenta que o laço que une homens e mulheres é uma relação indissociável no que concerne a dependência do oprimido com relação a seu opressor. A mulher é, pois, o Outro. Beauvoir afirma que “ A necessidade biológica - desejo sexual e de posteridade - que coloca o macho sob a dependência da fêmea não libertou socialmente a mulher.” (Beauvoir, 2019a, p. 17). Beauvoir compara a relação das mulheres com os homens com a do senhor e do escravo, em que o senhor sempre obtém maior privilégio sobre o escravo, sendo ambos ligados por uma relação de necessidade. Constituem assim duas castas que nunca usufruíram de igualdade de condições, toda a história foi feita pelos homens.

Thana Souza estabelece uma relação entre Angela Davis e Djamilia Ribeiro em destacar a posição interseccional entre raça e classe em conjunção com a questão da mulher. "Mesmo sendo marxista, Davis é uma grande crítica da esquerda ortodoxa que defende a primazia da questão de classe sobre as outras opressões” (RIBEIRO, 2016, p. 12). Para Souza, a ideia de interseccionalidade seria importante para a tentativa de solucionar o problema da construção de uma coletividade, um nós, segundo a autora. Esse pensamento só é possível ao pensarmos as subjetividades. Pensar a perspectiva global é preciso propor uma intersecção dos diversos fatores históricos e não reduzir o papel que as subjetividades têm na construção, significação e transformação deles (Souza, 2018, p.225).

Para Thana Souza, a interseccionalidade é a saída para o problema que Beauvoir aponta sobre a falta da coletividade. É a união entre mulheres negras, brancas, negros e proletariados que nos traria força para a emancipação. Beauvoir salienta no capítulo “Situação e Caráter da mulher” do segundo volume:

Opõe-se por vezes o “mundo feminino” ao universo masculino, mas é preciso sublinhar mais uma vez que as mulheres nunca constituíram uma sociedade autônoma e fechada; estão integradas na coletividade governada pelos homens e na qual ocupam um lugar de subordinadas; estão unidas somente enquanto semelhantes por uma solidariedade mecânica; não há entre elas essa solidariedade orgânica em que assenta toda uma continuidade unificada; elas se esforçaram sempre - nos tempos dos mistérios de Elêusis como hoje nos clubes, nos salões, nas

reuniões beneficentes- por se ligar a fim de afirmarem um "contra-universo", mas é ainda no seio do universo masculino que o colocam. E daí vem o paradoxo de sua situação: elas pertencem ao mesmo tempo ao mundo masculino e a uma esfera em que esse mundo é contestado; encerradas nessa esfera, investidas por aquele mundo, não podem instalar-se em nenhum lugar com tranquilidade. (Beauvoir, 2019b, p.407 a 408)

1.5 ETERNO FEMININO E CULTURA

A partir do que foi indicado nos itens anteriores, podemos observar, portanto, que a situação da mulher é estabelecida pelo mito do “ eterno feminino”, pela alteridade negativa que subjuga a mulher como o Outro. A biologia e as estruturas fisiológicas não definem quem é a mulher e o porquê de sua opressão, pois é ela quem define a si mesma. A psicanálise avança em relação à biologia ao ir além do corpo-objeto. No entanto, Freud baseia-se numa visão masculina e insere uma concepção de mulher como um homem incompleto que teria inveja do pênis, o qual representa posteridade. Com isso, Beauvoir reiterou que a psicanálise inseriu tal questão em relação ao simbolismo do falo (posteridade), de modo patriarcal. O materialismo histórico nos mostrou a opressão econômica que a mulher vivencia com seu trabalho e com as questões que lhe são cobradas socialmente: trabalho doméstico e maternidade. Por fim, podemos perceber sobre a falta de uma coletividade entre as mulheres para uma luta. Logo, é à luz do eterno feminino, a história concreta da mulher e a cultura, que podemos estabelecer a relação de valores e tabus que a sociedade mantém em relação à mulher. A relação entre a biologia, a formação, a psicanálise e o materialismo histórico nos mostrou como o eterno feminino está enraizado em uma noção de destino, de engendrar a existência da mulher em uma hierarquização patriarcal. É aos signos do caráter, da situação e da cultura que podemos relacionar a alteridade negativa da mulher, que é culturalmente secundária, o lugar de Outro.

Juliana Oliva ressalta que, na pesquisa que Beauvoir faz acerca da história desde do período pré-histórico até o contemporâneo, a mulher é descrita quase a todo momento como o Outro. Além disso, destaca que a mulher é impelida através de mitos sociais a tornar-se o Outro, de

forma a destinar a sua vida, sem que sua escolha ou subjetividade seja mantida. (Oliva, 2018, p.278). A relação da mulher com o mundo é descrita por um ponto de vista patriarcal, a sua existência é alienada pela sua situação que lhe confere uma concretude condicionante. Afirma Beauvoir:

Hoje nos é possível compreender por que, nos requisitos contra a mulher, dos gregos aos nossos dias, se encontram tantos traços comuns; sua condição permaneceu a mesma através de mudanças superficiais e define isso que chama o “caráter” da mulher: esta “chafurda na imanência”, é prudente e mesquinha, tem espírito de contradição, não tem o senso da verdade nem da exatidão, carece de moralidade, é baixamente utilitária, mentirosa, comediante, interesseira... Há em todas estas afirmações uma verdade. Só que as condutas que se denunciam não são ditadas à mulher pelos seus hormônios nem prefiguradas nos compartimentos de seu cérebro: são marcadas pela sua situação. (Beauvoir, 2019b, p.407)

É sobre os condicionamentos histórico, social e econômico que Beauvoir pretende iniciar o capítulo do segundo volume “Situação e caráter da mulher”, alicerçados no “eterno feminino”. (Beauvoir, 2019b, p. 407). A mulher está contrita em um universo masculino, sua vida está intrinsecamente relacionada aos valores desse universo, é-lhe direcionada uma passividade em uma situação de espera que lhe exige que seja dócil.

Beauvoir denuncia a hipocrisia dos homens ao defenderem as mulheres castas e fiéis, mas ao mesmo tempo incitam o adultério na mulher do vizinho, da mesma forma que decretam a criminalidade do aborto, mas colocam as mulheres em posição de precisarem abortar: amantes ou esposas. (Beauvoir, 2019b, p. 424). Tal questão nos mostra a discrepância com que os homens se impõem à mulher devido ao seu privilégio em estabelecer seus princípios e suas vontades. Assim como incitam a dignidade e a fidelidade, procuram as prostitutas para satisfazer seus desejos. A diferença das atividades exercidas pelos homens ou

pelas mulheres é uma cultura patriarcal que defende o homem e subjuga a mulher. Afirma Beauvoir:

A mulher desempenha o papel desses agentes secretos que se deixam fuzilar, se são presos, e que se enchem de recompensas, se logram êxito; cabe a ela endossar toda a imoralidade dos homens: não é somente a prostituta, são todas as mulheres que servem de esgoto ao palácio luminoso e saudável em que habitam as pessoas honestas. Quando, em seguida, lhes falam de dignidade, de honra, de lealdade, de todas as grandes virtudes viris, cumpre não se espantar que se recusem a “ir na onda”. Escarnecem particularmente quando os homens virtuosos as censuram por serem interesseiras, comediantes, mentirosas: bem sabem que não lhe oferecem nenhuma outra saída. (Beauvoir, 2019b, p.425)

Beauvoir explicita como o caráter da mulher é instituído a partir da formação patriarcal, valores e caracteres tendo sido engendrados ao longo da história. Tais atribuições condicionam um caráter já constricto de modo que as mulheres são formadas para receber adjetivos negativos: mentirosas, interesseiras etc. Constituem um quinhão artificial, moldando, formando e condicionando as mulheres para exercerem essas atitudes. O caminho fornecido a elas não apresenta outra escolha, a paciência e sua resignação (passividade) são os modos que encontram para suportá-lo melhor que o homem. (Beauvoir, 2019b, p.412) Descreve Beauvoir “mediocridade, pequenez, timidez, mesquinharia, preguiça, frivolidade, servilismo, exprimem simplesmente o fato de que o horizonte lhe está barrado.” (Beauvoir, 2019b, p.413). As condutas atribuídas à mulher são norteadas pelo eterno feminino e correspondem à sua situação.

No capítulo “A mulher casada” do segundo volume, Beauvoir refere-se ao destino da mulher direcionado ao casamento que constitui, para ela, um caminho mais brando. Solteira, ela receberá menos que o homem, visto que o casamento norteará a sua vida financeira. Porque solteira, sua independência torna-se complexa devido a vários fatores patriarcais: casamento e baixo salário. A mulher casada é induzida à maternidade para gerar filhos para a comunidade, este é seu serviço (Beauvoir, 2019b, p;187) A mulher casada é a própria figura

que o patriarcado lhe atribuí desde de sua formação, assim como contribui para o “eterno feminino”.

Desse modo, podemos responder a pergunta inicial deste texto, o que é ser mulher? A mulher é produto social e histórico engendrada a partir de sua formação para ser mulher, para exercer os atributos patriarcais, assim como cuidar, gerar, casar. A mulher é um existente que não transcende devido à situação à qual é impelida, assim como aos caminhos que tentam defini-la: o biológico, psicanalítico e o materialismo histórico, a formação, o casamento, a maternidade. A mulher é a construção histórica e social que impele a tornar-se mulher, a imanência é o caminho atribuído a ela. Logo, mulher não nasce, mulher torna-se mulher, não há nenhum destino – seja ele biológico, psíquico, econômico – capaz de definir a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade. (Beauvoir, 2019b, p.12). Será que há caminhos para sua libertação? Como se constitui a imanência que lhe é imposta? Essas são as questões do próximo capítulo.

2.0 SUBJETIVIDADE E FACTICIDADE, TRANSCENDÊNCIA E IMANÊNCIA E CAMINHOS PARA A EMANCIPAÇÃO FEMININA

O conceito de mulher como construção social foi analisado no último capítulo, agora precisamos compreender os conceitos de subjetividade e facticidade que Beauvoir inseriu em suas análises nas relações tecidas pela filósofa com as ideias de imanência e transcendência. É através da observação entre as instituições: casamento e maternidade que a situação opressiva da mulher está inserida como limitante de sua liberdade.

O eterno feminino como instrumento do patriarcado concedeu, ao longo da história, relações de manutenção de opressões para estabelecer um mundo que privilegia o homem. Nesse contexto, é na concretude da experiência da mulher que ela é levada à facticidade. Escreve Beauvoir no início do capítulo sobre a história:

O mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões que nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente. É revendo à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnografia que poderemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu. Já verificamos que, quando duas categorias humanas se acham presentes, cada uma delas quer impor à outra sua soberania; quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas hostilidade, seja na

amizade, sempre na tensão, uma relação de reciprocidade. Se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão. (Beauvoir, 2019a, p.95)

A relação entre os dois sexos é marcada pela história, de modo que o homem ao longo dela exerceu sua soberania, tal questão faz com que a posição de privilégio que ele ocupa na sociedade faz com que procure meios de sua manutenção, é por isso que a mulher é inserida a uma situação de facticidade. É através da facticidade que podemos entender a situação concreta da mulher, assim como ela se estabeleceu ao longo da história, como a condicionaram à imanência. A mulher não exerce sua subjetividade devido a esta situação que lhe impõem. Como a maternidade e o casamento se constituem como instituição social? É essa questão e o modo como facticidade e subjetividade se estabelecem no mundo que queremos analisar.

Assim, nos perguntamos, no cenário da obra “O segundo sexo”, o que é a facticidade imposta à mulher que marca sua situação de opressão e de desigualdade entre os sexos? Quais são as questões que limitam sua liberdade?

2.1 FACTICIDADE E IMANÊNCIA

O segundo volume da obra, intitulado “ A experiência vivida”, estabelece a situação concreta da mulher, isto é, a facticidade, sua experiência enquanto indivíduo subordinado pelo sexo masculino. A facticidade sustenta o seu lugar como Outro na sociedade, assim como estabelece sua constrição com a imanência. Nessa perspectiva, a imanência consiste em encerrá-la a uma situação construída socialmente. Beauvoir, na introdução do primeiro volume, observa que, quando a transcendência cai na imanência, há degradação da existência em “em si”, da liberdade em facticidade, caso em que a transcendência será exercida por outra consciência essencial e soberana, isto é, pelo homem. (Beauvoir, 2019a, p.26)

Os capítulos acerca da infância e da jovem exprimem que é na formação da mulher que a facticidade se constitui; desde sua infância ela é preparada para duas instituições sociais: maternidade e casamento. É na boneca que a criança é inserida inicialmente no destino que lhe aguarda, a jovem vivencia a puberdade e sente o peso do patriarcado em seu corpo. O Capítulo sobre a história tece uma análise sobre a concretude da condição de opressão da mulher. Beauvoir constata que o mundo sempre pertenceu aos machos. (Beauvoir, 2019a, p.95) e analisa que, ao longo da história, a mulher sempre foi vista enquanto secundária. Assim, a facticidade e a liberdade, a menstruação que lhe traz

desconforto, e espera o homem passivamente. A facticidade encontra-se no “destino” engendrado na formação da mulher.

O capítulo acerca da iniciação sexual nos mostra que a mulher é impelida a fatores distintos do homem. Enquanto ela é subordinada a ser casta e fiel, o homem encara o sexo apenas como satisfação de seus desejos. Beauvoir observa aqui a iniciação sexual e os desdobramentos em cada sexo. De acordo com ela, a mulher tem a virgindade¹ como uma flor que deve, portanto, ser deflorada através da iniciação sexual, o sexo torna-se imposto para a ela por duas razões: pela reprodução e pela visão do sexo como um serviço. A subordinação que o patriarcado impõe à mulher não lhe permite que o sexo seja prazeroso, ao impor a reprodução e satisfação masculina. Afirma Beauvoir:

A atitude do homem tem, portanto, enorme importância. Se seu desejo é violento e brutal, sua parceira se sente transformada em simples coisa em seus braços; mas se é demasiado senhor de si, demasiado displicente, ele não se constitui como carne; ele pede à mulher que se faça carne sem que em troca ela tenha algum domínio sobre ele. (Beauvoir, 2019b, p.149).

Beauvoir inicia o capítulo acerca da mulher casada reiterando que o casamento é o destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher, ressalta que as mulheres que não são casadas se preparam para ser ou já foram casadas ou sofrem por não o serem. A mulher que é indiferente a essa instituição é a ²celibatária, que se sente frustrada e revoltada. (Beauvoir, 2019b, p.185). A mulher é, em sua formação, preparada para exercer o casamento como um ofício, que corresponde a uma imposição social, de uma sociedade pautada em valores patriarcais.

A evolução econômica, segundo Beauvoir, está modificando o casamento, tornando as duas partes recíprocas e autônomas, assim como no divórcio, que representa uma ruptura deste contrato. A autora afirma que uma parte dessa evolução no casamento somente pertence à reprodução, e mesmo essa parte pertence a uma sociedade em que antigas estruturas e valores sobrevivem. O casamento moderno só se compreende à luz do passado que ele perpetua (Beauvoir, 2019b, p.186). É no olhar para a historicidade que podemos compreender o presente. É no estudo que Beauvoir faz acerca do casamento e dos desdobramentos dessa instituição que ela insere uma análise acerca da facticidade e imanência como constituintes da situação da mulher.

¹ Algumas mulheres sofrem de um fenômeno denominado vaginismo que é quando seus músculos impedem que haja o defloramento.

²

O casamento apresenta-se distinto para as duas partes. Para Beauvoir, ambos os sexos são necessários um ao outro. (Beauvoir, 2019, p.186). Nesse sentido, é a partir de uma sociedade masculina, organizada em detrimento da mulher, que ela é submetida a uma situação: papel de reprodutora e doméstica. Salienta Beauvoir:

“Certamente o homem precisa dela; em certos povos primitivos o celibatário, incapaz de assegurar sozinho sua subsistência, é uma espécie de pária, nas comunidades agrícolas uma colaboradora é indispensável ao camponês e para a maioria dos homens é vantajoso aliviar-se de certas tarefas na companhia; o indivíduo almeja uma vida sexual estável, deseja uma posteridade e a sociedade exige dele que contribua para perpetuá-la. Mas não é à mulher ela própria que o homem dirige um apelo: é a sociedade dos homens que permite a cada um de seus membros realizar-se como esposo e como pai; integrada como escrava ou vassala nos grupos familiares dominados por pais e irmãos, a mulher sempre foi dada em casamento a certos homens por outros homens.” (Beauvoir, 2019b, p.186). “A mulher é direcionada ao casamento, sua liberdade de escolha fica restrita, tendo o casamento como o seu ganha pão, pois de modo oposto, ocupando o espaço de celibatária, será rebaixada como pária, logo, o casamento é a única justificativa social de sua existência.”(Beauvoir, 2019b, p.187).

As atividades domésticas, a criação dos filhos e o sexo são considerados como um serviço que a mulher deve exercer. Beauvoir atenta-se para a jovem que é dada ao casamento, mesmo que essa questão faça parte de uma estrutura antiga, ela é necessária para discutirmos sobre os valores conferidos a essa instituição. A jovem é apresentada como dada ao casamento de modo passivo, de outro modo, o jovem casa-se, decide-se casar. (...) ‘a jovem dá a ele sua pessoa, deve a ele sua virgindade.’(Beauvoir, 2019b, p.189) Nesse ponto, a facticidade encontra-se do lado da mulher. Ao cumprir esse encargo patriarcal, o homem se situa, perante o casamento, como patriarca, é ele quem encarna a transcendência. (Beauvoir, 2019b, p.189). Desse modo, Beauvoir salienta que “(...)’ a mulher está votada à perpetuação da espécie e à manutenção do lar, isto é, à imanência.” (Beauvoir, 2019b, p.189)

Betty Friedan, ativista estadunidense, participa de um debate com Beauvoir acerca das atividades domésticas. Friedan defende que as atividades domésticas venham a ser consideradas como um trabalho, com todos os direitos de um trabalhador convencional. Beauvoir, de outra maneira, pensa que as atividades domésticas não podem ser vistas como um trabalho formal porque, se as mulheres ficarem em casa para cuidar dos filhos e do lar,

estarão reforçando a ideia de que esse papel seja unicamente dela. Logo, Beauvoir ressalta que ambos, homens e mulheres, devem ter a possibilidade de trabalhar fora de seus lares. As atividades que são demandas do lar e dos filhos devem ser organizadas pela família, pela comunidade e não serem apenas uma tarefa da mulher. (Beauvoir e Friedan, 1975, p. 18 a 19).

O trabalho doméstico é uma tarefa exclusivamente feminina. Neste capítulo acerca da mulher casada, Beauvoir vê essas mulheres como sobrecarregadas ao executarem os cuidados do lar que se renovam a cada dia. (Beauvoir, 2019b, p.223 a 225). Este ponto é apreendido socialmente de forma negativa, ou seja, tal trabalho não tem valor. É por isso que, no diálogo com Friedan, Beauvoir defende que o trabalho doméstico não deve ser um trabalho remunerado e com os direitos que o constituem. Conceber o trabalho dessa forma é condicioná-la à imanência e favorecer a permanência de sua situação concreta, contribuindo para a perpetuação do mito do eterno feminino. Desse modo, pensa a autora, o trabalho doméstico deve ser socializado a todos da comunidade e família.

bell hooks, feminista e intelectual estadunidense, escreve em sua obra “Teoria Feminista: Da margem ao centro”, que o trabalho doméstico instituído como remunerado, não leva a sociedade a valorizar as tarefas domésticas, a remuneração é uma compensação da carga degradante que ela exerce, porém essas compensações não atenuam a exploração psicológica e seria pouco provável que o estigma de “trabalho de mulher” fosse abolido. (Hooks, 2019 p.82) O trabalho doméstico é um dos aparatos desta instituição ao trazer consigo uma atribuição que o patriarcado impõe à mulher, de forma contínua, degradante e de caráter hostil. Tal trabalho é o modo pelo qual se reforça a situação de imanência que a mulher vive, é um “destino”, um serviço que a facticidade lhe atribui. Beauvoir escreve sobre o trabalho doméstico:

“O lar é, portanto, para ela o quinhão que lhe cabe na Terra, a expressão de seu valor social, de sua mais íntima verdade. Como ela não faz nada, ela se procura avidamente no que tem. É pelo trabalho doméstico que a mulher realiza a apropriação de seu “ninho”; eis por que, mesmo quando “se faz ajudar”, quer pôr a mão na massa; vigiando, controlando, criticando, ela se esforça por tornar seus resultados obtidos pelos servidores. Da administração de sua residência, tira sua justificação social; sua tarefa é também atentar para a alimentação, as roupas, e de maneira geral para a manutenção da sociedade familiar. Assim ela também se realiza como uma atividade. Mas trata-se (...) de

3

As aspas são para evidenciar a noção patriarcal de destino, mas como Beauvoir adota uma moral existencialista, a mulher pode ultrapassar esse “destino” ao afirmar-se enquanto subjetividade.

uma atividade que não a arranca de sua imanência, que não permite a ela uma afirmação singular de si própria. “(Beauvoir, 2019b, p.221)

Acerca da independência financeira em relação ao trabalho e da mãe que não é casada, Beauvoir afirma que (...) “os trabalhos femininos são muitas vezes ingratos e mal remunerados.” (Beauvoir, 2019b, p.191). Além disso, a maternidade só é respeitada pela mãe que é casada, a que tem seu status civil como solteira é vista de forma pejorativa socialmente, e o filho é visto como “um peso, um encargo”. O casamento é para a mulher um modo de subsistência, devido aos baixos salários recebidos por elas, por isso o casamento é um ofício que traz seu sustento.

Desse modo, podemos notar no capítulo sobre a mulher casada, que a mulher é constricta a exercer a instituição do casamento representando a sua situação de imanência e facticidade. Os valores que estão contidos nessa instituição são, ao longo da história, instituídos pelo patriarcado, de modo que o casamento privilegia apenas o homem. Beauvoir escreve no volume 1, no capítulo acerca da história:

(...) “Assim, o triunfo do patriarcado não foi nem um acaso nem o resultado de uma revolução violenta. Desde a origem da humanidade, o privilégio biológico masculino permitiu aos homens afirmarem sozinhos como sujeitos soberanos. Eles nunca abdicaram o privilégio; alienaram parcialmente sua existência na Natureza e na Mulher, mas reconquistaram-na a seguir. Condenada a desempenhar o papel do Outro, a mulher estava também condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela que escolhe seu destino. (Beauvoir, 2019a, p.112)

No capítulo sobre as prostitutas e cortesãs, Beauvoir indica certa semelhança entre mulheres casadas e prostitutas ao reiterar o que fora escrito no volume 1: (...)” dona de casa ou cortesã, eis o dilema que a encerra” (Beauvoir, 2019a, p.165). O homem requer da mulher sua virgindade e fidelidade, mas com a mesma hipocrisia ele vê na prostituta um bode expiatório. (Beauvoir, 2019b, p.363). A mulher casada é respeitada como ser humano, a prostituta é a encarnação da escravidão feminina. (Beauvoir, 2019b, p.364).

Para ambas as mulheres, casada e prostituta, o sexo é considerado um serviço. A mulher é preparada quando jovem para o casamento e defloramento, teme o desconhecido, mas quando está no casamento aprende que essa é uma das atribuições que tal instituição lhe impõe como um serviço. Eis alguns dados que Beauvoir traz em sua obra: uma pesquisa feita

por ⁴Bizard com prostitutas acerca de seus defloramentos indica que eles ocorreram, para uma delas aos 11 anos, duas aos 12, duas aos 13, seis aos 14, sete aos 15, 21 aos 16, 17 aos 18, seis aos 19, as outras após os 21 anos e que 5% tinham sido violentadas antes de formadas (Beauvoir, 2019b, p.366). Por certo, essas situações trouxeram um trauma, mas não sabemos quais consequências psíquicas tais experiências trouxeram. Beauvoir afirma que nenhum estudo acerca da situação psicológica dessas mulheres tinha sido concebido, o que expressa a visão acerca da prostituta como alguém sem valor. (Beauvoir, 2019b, p.367). Em ambos os cenários, que correspondem a situações distintas da mulher, elas estão sofrendo por uma opressão que a direcionam à servidão. Nenhuma experiência que o sexo traga à mulher a partir de uma visão masculina lhe trará prazeres, podendo ser traumática.

Estas mulheres encontram na prostituição um modo de garantia de seu sustento. Beauvoir enfatiza que são presas às dívidas com cafetões ou cafetinas, pois são eles que fornecem seu capital inicial necessário. (Beauvoir, 2019b, p.370). A prostituição a reduz a um nível de escravidão sexual e a coisifica, de modo a ressaltar a superioridade masculina, que com virilidade estabelece com ela uma relação violenta, sendo que alguns homens utilizam de seu sadismo ao violentá-las e delas usufruir sem pagar por seu serviço. (Beauvoir, 2019b, p.371) A prostituição é, para alguns homem, um vício por meio do qual satisfazem suas fantasias, assim como há também pederastas envergonhados (Beauvoir, 2019b, p.373). Bizard, médico que Beauvoir menciona em sua obra, atendeu prostitutas por um longo tempo e observou que 75% delas, ao fim de 5 anos de profissão, tinham contraído sífilis. As menores eram abordadas com maior facilidade de contaminação devido à inexperiência, operadas por complicações blenorragicas⁵representavam 25%. Uma em vinte tinha tuberculose, 60% eram alcoólatras ou toxicômanas, 40% morriam antes dos 40 anos. É ressaltado que embora haja precauções contra a gravidez, quando ficam grávidas são operadas em más condições. (Beauvoir, 2019b, p.375). Beauvoir afirma acerca da prostituição:

A baixa prostituição é um ofício penoso em que a mulher oprimida sexual e economicamente, submetida à arbitrariedade da polícia, a uma humilhante fiscalização médica, aos caprichos dos fregueses, presa dos micróbios, da doença e da miséria, é realmente degradada ao nível de coisa. (Beauvoir, 2019, p.375).

⁴ Médico que atendeu prostitutas e por isso utilizado por Beauvoir.

⁵ Blenorragicas, segundo Drauzio Varella, é uma IST (Infecção Sexualmente Transmissível), uma infecção bacteriana que pode acometer os órgãos reprodutivos da mulher, causando infertilidade, uma de suas complicações podendo ser fatal.

<https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/gonorreia-blenorragia>

As prostitutas e cortesãs indicam relações sociais que exemplificam o modo hostil da situação concreta de facticidade que constrange a mulher. Esta situação degradante é decorrente de uma sociedade que objetifica a mulher, que não a trata como sujeito. A questão central dessas mulheres é a falta de recursos financeiros que possam assegurar sua subsistência, direcionando-a a uma opressão sexual desgastante. A prostituição nos mostra o caráter hostil da facticidade, mesmo que sem a opressão das instituições sociais (casamento e maternidade), essa mulher está fadada à violência, a doenças e à redução de sua expectativa de vida. A opressão é mais acentuada no que tange a coisificar a mulher, conduzindo-a a um patamar de comercialização de seu próprio corpo para sobreviver.

Beauvoir analisa a situação histórica da maternidade tomando como ponto de partida a ideia de “instinto maternal”. O capítulo acerca da história nos fornecia a relação da situação da mulher com a reprodução, a biologização desta questão fez com que a mulher fosse escrava da sua espécie. A mulher equilibra a reprodução com o empenho da produção do trabalho doméstico. Na Idade Média, a maternidade consistia em um parto seguido de outro, devido ao não surgimento ainda dos anticoncepcionais, pois, segundo a autora, não há registro de qualquer contracepção até o século XVIII. Porém, desde a antiguidade a mulher utiliza-se de métodos criados para controle da reprodução, ressalta Beauvoir que tal contracepção era segredo de prostitutas e médicos. O coito interrompido pelo homem ou a lavagem feita pela mulher após o ato eram métodos também empregados. A humanidade colocou a necessidade de diminuir a população, diminuição que, em contrapartida, ocasionava o receio do enfraquecimento das nações. O século XVIII, com a influência das tendências malthusianas⁶, da classe alta e depois da população em geral, fundou a ideia de restringir o número de filhos de acordo com a condição social dos pais. Tal controle proporcionou à mulher a distinção entre a função sexual e a reprodutiva. (Beauvoir, 2019a, p.171 a 172).

Acerca do aborto, Beauvoir observa que o direito romano concebia o feto nasciturus⁷ como uma parte do corpo materno, mesmo quando quis incentivar o nascimento não o proibiu. O aborto também é permitido na civilização oriental. O cristianismo trouxe a criminalização do aborto ao atribuir uma alma ao feto. Após o século XIX, houve o desaparecimento da distinção de feto com alma e feto sem alma. A legalização do aborto pela Alemanha antes do nazismo e pela União Soviética trouxe conquistas para as mulheres, que

⁶ Teoria malthusiana- ideia acerca da população demográfica crescer em desproporção ao número de alimentos gerados.

⁷

agora podiam escolher, não ficando mais condenadas à espécie. Temos também a inseminação artificial como controle da natalidade, sendo o número de abortos e de nascimentos fossem equivalentes França. (Beauvoir, 2019a, p. 172 a 174)

A instituição social em relação à maternidade é o fator que o patriarcado afirma estar entrelaçado com a biologia ao naturalizar o que é socialmente imposto. A naturalização consiste em atribuir à maternidade uma predisposição natural constituinte da mulher, reforçando o mito do “eterno feminino”. O capítulo do volume 2 “Mãe”, analisa a maternidade na sociedade, os métodos contraceptivos, o aborto e a mãe e seu status civil. Beauvoir constata que a mulher a partir da criação dos métodos contraceptivos, não é mais controlada pela biologia, mas pela vontade. (Beauvoir, 2019b, p.279). A imposição em relação ao exercício dessa instituição inicia-se na infância com o brincar de boneca e progressivamente se desdobra na jovem como espera passiva pelo homem.

Beauvoir reitera acerca do aborto e da hipocrisia dos que o criminalizam: ao mesmo tempo que afirmam defender o feto, após seu nascimento, não expressam o mesmo interesse de antes. O destino destas crianças após nascimento são: A ineficiência da assistência pública, sendo consideradas como “crianças mártires” ou doentias pela maternidade forçada. (Beauvoir, 2019b, p.280). A maternidade encontra-se mais em relação a uma sociedade que impõe tal instituição, do que a um instinto natural biológico, devido ao desinteresse quando a criança nasce. A hipocrisia relaciona-se com a manutenção do poder sobre o corpo da mulher pelo patriarcado ao condená-la pelo aborto, mas não se cobra da assistência pública o cuidado devido com essas crianças. É na ideia de posse e de culpabilização das escolhas da mulher que o patriarcado reforça o vínculo entre mulher e imanência.

Em relação à igreja, Beauvoir observa que ela reserva para o feto um humanismo intransigente, pois apoia a morte de homens nas guerras, as guilhotinas e as barbáries da inquisição. Os pontos levantados por Beauvoir nos mostram como a igreja tem uma falsa moral, ou, nas palavras de Beauvoir, não há uma moral, mas uma velha tradição obsoleta que nada tem a ver com a moral.

Beauvoir configura o aborto como um “crime de classe” devido ao fato de as práticas anticoncepcionais serem mais difundidas na burguesia, enquanto os camponeses e operários sofrem, por exemplo, com falta de água corrente. A mulher burguesa vai para Suíça e consegue realizar o procedimento da forma mais segura possível, com médicos, em um hospital. Em contrapartida, a mulher que convive com a pobreza ou a miséria sofre enorme descaso com as tentativas perigosas e clandestinas de abortar, temendo não apenas a punição, mas a perda de sua vida. (Beauvoir, 2019b, p. 283 a 284) A punição pelo ato cometido pela

mulher lhe é culpabilizá-la socialmente, como um modo de manutenção do patriarcado. Tal caráter punitivo expressa a hostilidade que a mulher sofre como imanência, como subjetividade corporificada. A facticidade nega à mulher sua singularidade, sua escolha sobre seu próprio corpo, lhe confere uma imposição externa, isto é, o patriarcado objetifica e mantém essa relação limitadora. Afirmar Beauvoir:

Dor, doença, morte assumem um aspecto de castigo: sabe-se que distância separa o sofrimento da tortura, o acidente da punição; através dos riscos que assume, a mulher sente-se culpada; é essa interpenetração de dor e do erro que é singularmente penosa. (Beauvoir, 2019b, p.286)

A gravidez traz para a mulher a mudança de seu corpo, náuseas, vômitos, vertigens, desconfortos e uma série de mudanças, sejam elas hormonais ou emocionais. O parto exprime um temor, muita das vezes dura mais de 24 horas. Beauvoir observa que para certas mulheres, o parto é um martírio. (Beauvoir, 2019b, p.306). Após o nascimento a criança depende inteiramente da mãe, o amamentar traz para a mulher certa fadiga e todo esse processo torna-se exaustivo. É todo conjunto social que faz com que a mulher integre-se como imanência, como subjetividade corporificada, com a imposição dos valores patriarcais à mulher, encerrando-a no cumprimento da maternidade e com a criminalização do aborto. No diálogo com Betty Friedan, Beauvoir comenta: “ Na minha opinião, enquanto a família e o mito da família, o mito da maternidade e o instinto maternal não forem destruídos, as mulheres continuarão a ser oprimidas.” (Friedan, Beauvoir, 1975, p. 19) O problema não está na família ou na maternidade, mas nos valores patriarcais que tais instituições impõem, assim como na noção naturalista de um instinto maternal. Para Beauvoir, as mulheres devem ter escolhas enquanto indivíduos que exerçam a sua subjetividade. Acerca da maternidade, a autora escreve:

Uma tal obrigação nada tem de natural: a natureza não poderá nunca ditar uma escolha moral; essa implica um compromisso; dar à luz é assumir um compromisso; se a mãe não o cumpre a seguir comete um erro contra uma existência humana, contra uma liberdade; mas ninguém pode impor isso a ela. (Beauvoir, 2019b, p.326).

Beauvoir defende, assim, que as mulheres possam se afirmar enquanto sujeitos que exerçam suas subjetividades. É nesse sentido que a mulher ultrapassa sua situação de facticidade quando pode exercer suas escolhas e singularidades no mundo, quando sua subjetividade não é corporificada, isto é, quando pode ir além de sua situação sem que seu

corpo seja conferido por leis e costumes patriarcais. Devido a isso, analisaremos a seguir a situação da mulher a partir das idéias de subjetividade e transcendência.

2.2 SUBJETIVIDADE E IMANÊNCIA

A mulher não consegue afirmar-se enquanto sujeito devido à dualidade em que é inserida: Eu, Outro, Absoluto e Inessencial, sendo tal questão marcada pela alteridade. A filosofia existencialista sustenta que nós nos definimos a partir de nossa existência, a qual nos indica a liberdade, assim como vimos no capítulo anterior sobre os aspectos social e cultural do eterno feminino. A subjetividade pertence ao campo da definição do indivíduo a partir de sua existência, liberdade e transcendência. O caráter singular da vivência feminina é ratificado por meio das limitações impostas pelo patriarcado que encerra a subjetividade da mulher a partir de sua estrutura fisiológica. De outro modo, a subjetividade masculina permite que a sua existência e liberdade permaneça de modo singular em um mundo que o privilegia em relação à mulher, mundo que o concebe como sujeito.

A subjetividade e a liberdade, são duas questões que o patriarcado ao longo da história restringiu a mulher ao lhe impor uma situação. Tal situação é contrária à transcendência sendo intrínseca à existência, consiste em ser a expressão dos seus projetos singulares para o mundo. Esta restrição reside na negação a qualquer carácter singular a mulher que não seja decorrente de seu corpo. Logo, a subjetividade corporificada constitui-se na imanência que é a expressão da vontade do mundo em imposição ao corpo e às escolhas da mulher. Beauvoir acerca da subjetividade corporificada: “O corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o Universo. (Beauvoir, 2019b, p.12).”

A imanência está vinculada na vida da mulher desde a infância através da facticidade que lhe incube uma formação voltada para o seu corpo. Beauvoir reitera que “(...)o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir.”(Beauvoir, 2019a, p.65). Desse modo, a mulher vivencia uma subjetividade que privilegia seu corpo em detrimento a sua liberdade.

O capítulo acerca da infância relata como a puberdade torna-se algo doloroso para a mulher, este momento é quando ela compreende sua posição subordinada no mundo como corpo-objeto-carne. Beauvoir afirma que “Por baixo do suéter, da blusa, os seios se exibem e esse corpo, que a menina confundia com seu eu, aparece como carne; é um objeto que os

outros olham e veem.” (Beauvoir, 2019b, p.54). Esse dilema entre o eu e o corpo que Beauvoir reitera, exemplifica o conceito de subjetividade corporificada, de modo que o eu é constricto na corporeidade pela cultura. Beauvoir para exemplificar insere:

(...)“Um homem fez zombando, uma reflexão sobre as minhas pernas grossas. No dia seguinte minha mãe me obrigou a pôr meias e a alongar a saia; mas não esquecerei nunca o choque recebido subitamente ao ser vista.” A menina sente que o corpo lhe escapa, não é mais a expressão clara de sua individualidade; torna-se estranha para ela; e no mesmo momento, ela é encarada por outrem como uma coisa na rua; acompanham-na com o olhar, comentam sobre sua anatomia; ela gostaria de ficar invisível, tem medo de tornar-se carne e de mostrar essa carne. “ (Beauvoir, 2019b, p.54 a 55)

A mulher encara o corpo como algo que lhe causa temor, a partir do momento que sua puberdade se inicia, a menina vê a diferença entre ela e os meninos, pois enquanto o menino encara a puberdade como o momento que lhe traz maior virilidade, a menina sente que o seu corpo é alheio a ela, pois não consegue delegar acerca dele, não é vista como um sujeito. Beauvoir afirma sobre a jovem que “ Oprimida, submergida, ela se torna estranha a si mesma pelo fato de ser estranha ao restante do mundo. “ (Beauvoir, 2019b, p.77) É neste período, constata Beauvoir, que a mulher precisa encarar a feminilidade e o destino engendrado a ela.

Nesse sentido, Ingrid Cyfer estabelece em seu texto que a subjetividade corporificada ocorre de modo a extinguir a mente como conjunto: corpo e mente. É, nesse ponto, que Cyfer afirma como que o corpo parece ser separado pela sociedade e cultura, de modo a condicionar a mulher a uma situação. (Cyfer, 2015, p.69). A subjetividade que é corporificada estabelece uma relação com o eterno feminino, a condiciona em seu corpo, apenas uma subjetividade que valorize o conjunto mente e corpo pode libertá-la, isto é, ir além da corporeidade, a mulher não se define somente em seu corpo, a mente é um fator importante para estabelecer sua transcendência.

Desse modo, a mulher tenta afirmar-se enquanto sujeito quando busca transcender sua situação através do homem, adotando um caráter inautêntico que nega sua situação, assim como afirma Beauvoir na introdução: homens e mulheres constituem duas castas em que nunca usufruíram de igualdade de condições. A mulher, ao afirmar-se enquanto sujeito, perde todo privilégio que a casta superior pode lhe fornecer, mesmo que isso corresponda a uma falsa transcendência. (Beauvoir, 2019a, p.17). Assim, ela vive a partir de uma subjetividade alheia, de uma verdade que não lhe pertence. Isto é: “Assim, a mulher não se reivindica como sujeito porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário

que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes se compraz no seu papel de Outro.” (Beauvoir, 2019a, p.18)

Beauvoir no capítulo “ A narcisista” argumenta que as mulheres encontram uma justificativa, uma fuga de sua realidade através da apreensão de si mesma. “ O narcisismo é um processo de alienação bem definido: o eu é posto como um fim absoluto e o sujeito nele foge de si”(Beauvoir, 2019b, p.443). A narcisista aliena-se a sua própria beleza e amor próprio para fugir da imanência mesmo que de modo inautêntico, torna-se cúmplice de sua opressão e age de má-fé, Beauvoir reitera que não há como “ser para si” ser o outro e apreender a luz da consciência como objeto. (Beauvoir, 2019b. p. 444). Logo, a narcisista quer apenas transcender a sua situação, mas de modo contrário se anula em ser cúmplice de sua opressão. Beauvoir acerca da narcisista:

Se assim pode propor-se a seus próprios desejos, é porque desde a infância viu-se como um objeto. Sua educação encorajou-a a alienar-se em todo o seu corpo, a puberdade revelou-lhe esse corpo passivo e desejável; é uma coisa que ela pode tocar com as mãos, que mexe com o cetim e o veludo e que ela pode contemplar com um olhar de amante. (Beauvoir, 2019b, p.444)

É assim que a subjetividade feminina é vivida como facticidade, devido à sua corporificação, como ressaltado no capítulo anterior, pois sua existência vem a ser formada pelo exercício de sua imanência. Beauvoir sustenta que as condições singulares que a encerram a sua subjetividade correspondem a sua estrutura fisiológica, afirmando que se assume de bom grado que as mulheres pensam com suas glândulas. (Beauvoir, 2019a, p.12). É por esse motivo que imanência e facticidade tornam-se sinônimos, assim como subjetividade e transcendência. Exercer plenamente a subjetividade é também ter liberdade.

Thana Souza pontua que a facticidade nos permite afirmar que há mulheres, enquanto a subjetividade - de que a situação pode ser modificada. Na perspectiva condicionante da mulher, a menstruação, que deveria ser algo natural em sua sexualidade, é vista como algo acompanhado de valores e questões culturais que constituem esse período vivido como traumático, como um tabu, pois se a menstruação fosse vista sem nenhuma valoração, como decorrente de um período de sua vida, não seria traumático para a mulher. É, pois, a subjetividade, compreendida como transcendência, que leva o dado consigo mas a ele não se limita; ela tem o papel de criar, nesse mundo com sentidos já constituídos, novos valores e possibilidades. (Souza, 2018.p.224) A subjetividade que não seja corporificada, que seja criada não pelos valores e limitações sociais, permite que a mulher exerça sua transcendência.

É através de uma imposição patriarcal que a sua subjetividade lhe é valorada a seu corpo, que a impossibilita de articular para o mundo seus próprios projetos. Reitera Beauvoir:

A mulher não é uma realidade imóvel, e sim um vir a ser; é no seu vir a ser que se deveria confrontá-la com o homem, isto é, que se deveria definir suas *possibilidades*⁸. O que falseia tantas discussões é querer reduzi-la ao que ela foi, ao que é hoje, quando se aventa a questão de suas capacidades; o fato é que as capacidades só se manifestam com evidência quando realizadas; mas o fato é que, quando se considera um ser que é transcendência e superação, não se pode nunca encerrar as contas. (Beauvoir, 2019a, p.62)

O capítulo do segundo volume "Da maturidade à velhice" é analisado por Beauvoir a partir de uma transição da jovem até a mulher idosa. Tal mulher encontra-se com uma fase nova que é quando se desprende de sua feminilidade. A mulher, com a chegada da menopausa, não se aflige com a menstruação e a possibilidade de engravidar, ela se vê livre das imposições e valores que a mistificam, nunca se viu tão jovem. É nesta fase, portanto, que se vê eficiente e independente. (Beauvoir, 2019b, p.406). Através deste capítulo podemos perceber o qual constricto e brutal é a imanência, porque inibe a mulher de uma vida transcendente para o mundo, a mulher em sua velhice pode desprender da subjetividade corporificada.

Beauvoir no capítulo sobre a infância escreve que nenhuma educação pode impedir que a menina sonhe com seu próprio destino, que tome consciência acerca do seu corpo, Tal impedimento levaria a menina a sofrer com recalques futuros que lhe pesará em sua vida sexual, essa educação deveria ensinar a aceitar-se sem complacência nem vergonha. (Beauvoir, 2019b, p.74) A menina convive com tabus e valores que a condicionam a um destino que lhe causa medo, a imanência lhe incube um mundo que a condiciona o seu corpo e ao cumprimento da vontade de uma sociedade patriarcal. A mulher, se fosse ensinada a aceitar-se, poderia lutar contra a passividade, mas lhe incubem em sua formação a ser culpada, envergonhada. (Beauvoir, 2019b, p.74). Desse modo, a transcendência lhe é distante, pois convive em um mundo que não a encoraja, que não lhe fornece possibilidades concretas de exercer sua transcendência, suas escolhas e anseios sobre o mundo, de forma contrária, é, pois, ensinada aceitar a sua passividade e feminilidade.

A jovem convive com a iniciação sexual, casamento e maternidade, é nesta situação que a subjetividade lhe é corporificada, que ela é constricta a exercer a facticidade, assim ela

⁸ Destaque em itálico assim como constituído na obra de Beauvoir.

escolhe pela passividade, pois não possui os meios para ir além dela. Por fim, podemos nos questionar acerca dos caminhos que Beauvoir nos sugere para a emancipação feminina: como a mulher pode estabelecer sua transcendência em um mundo masculino?

2.3 CAMINHOS PARA A MULHER INDEPENDENTE

Beauvoir inicia o capítulo ‘ ‘ A mulher independente’ ’ afirmando acerca do caráter de alguns direitos civis que são atribuídos à mulher na França, como a extinção da obediência da mulher ao marido e o direito ao voto. No entanto, a autora ressalta que tais liberdades cívicas tornam-se abstratas por não acompanharem uma autonomia econômica. (Beauvoir, 2019b, p.503). A mulher, através do trabalho, liberta-se da situação de vassala, parasitária, mas Beauvoir constata que o trabalhador está em situação de exploração, desse modo, Beauvoir argumenta na mesma página que apenas em um mundo socialista seria possível desprender da exploração do trabalho e mesmo assim, há dois pontos que são importantes no contexto do trabalho feminino: conciliação do trabalho com as tarefas domésticas, maternidade e baixos salários.

As mulheres, em relação ao trabalho formal que exercem, não conseguem emancipar-se, pois o trabalho doméstico lhes é atribuído de modo histórico. Tal trabalho expressa o caráter hostil que as encerra nas instituições patriarcais: casamento e maternidade. Os baixos salários que as mulheres recebem não incluem a sua dupla jornada de trabalho entre trabalho dentro e fora do lar. No diálogo entre Friedan e Beauvoir, há a defesa de que o trabalho doméstico é estabelecido por uma sociedade patriarcal. Desse modo, o trabalho continua como uma emancipação abstrata, pois, ao não incluir a emancipação econômica, não liberta a mulher da situação hostil e de toda conjuntura que o patriarcado lhe impõe. No capítulo sobre a história, Beauvoir ressalta,:

“Os trabalhos domésticos a que está votada, porque só eles são conciliáveis com os encargos da maternidade, encerram-na na repetição e na imanência; reproduzem-se dia após dia sob uma forma idêntica que se perpetua quase sem modificação através dos séculos: não produzem nada de novo.” (Beauvoir, 2019a, p.98)

Não é apenas uma mudança política que as mulheres necessitam para sua emancipação, mas, como podemos ver, trata-se da necessidade de mudanças na sociedade histórica e patriarcal que as condicionou em um universo masculino. No capítulo ‘ ‘Situação e caráter da mulher’ ’, Beauvoir analisa os adjetivos negativos que a sociedade e a cultura impõem a ela. Além de uma reforma política, a mulher necessita de uma mudança de como é

vista a partir da sociedade. Como podemos reivindicar tal mudança no mundo que privilegia o homem?

Beauvoir, desde a introdução do primeiro volume, nos mostra a inexistência de solidariedade entre as mulheres, pois tal solidariedade é difundida apenas das mulheres na direção dos homens, Afirma Beauvoir: (...) ‘Burguesas são solidárias dos burgueses e não das mulheres proletárias; brancas, dos homens brancos e não das mulheres negras.’ (Beauvoir, 2019a, p.16). Desse modo, Beauvoir denuncia em sua obra a falta de uma união entre as mulheres, segundo Thana Souza é um reconhecimento de pertencimento das mulheres como um coletivo. (Souza, 2018, p.229). É através da perspectiva do reconhecimento de sua situação que as mulheres podem se estabelecer como um nós. Como defende Beauvoir:

Somente as que têm um credo político, as que militam nos sindicatos, as que confiam no futuro podem dar um sentido ético às ingratas fadigas cotidianas: mas, privadas de lazeres, herdeiras de uma tradição de submissão, é natural que as mulheres comecem somente a desenvolver um sentido político e social. (Beauvoir, 2019b, p.504)

Beauvoir estabelece uma relação de necessidade entre mulher e homem; utilizando-se de uma referência à dialética do Senhor e do escravo de Hegel, a autora afirma que a mulher constitui-se como serva. É sobre uma relação de necessidade que a mulher pretende aliar-se ao homem, pois lhe é mais cômodo de modo social e econômico, conservar essa situação ao invés de reivindicá-la. No entanto, continuará no seio da imanência e da inautenticidade. O reconhecimento de sua situação enquanto alteridade negativa, enquanto o Outro, é o caminho para reivindicação de sua existência em detrimento da posição de animalidade que lhe atribuem.

‘Em verdade, as mulheres nunca opuseram valores femininos aos valores masculinos; foram os homens, desejosos de manter as prerrogativas masculinas, que inventaram essa divisão: pretenderam criar um campo de domínio feminino- reinado da vida, da imanência- tão somente para nele encerrar a mulher; mas é além de toda especificação sexual que o existente procura sua justificação no movimento de sua transcendência: a própria submissão da mulher é a prova disso. O que elas reivindicam hoje é serem reconhecidas como existentes ao mesmo título que os homens e não de sujeitar a existência à vida, o homem à sua animalidade.’ (Beauvoir, 2019a, p.100)

No capítulo ‘A mulher independente’, a feminilidade é ressaltada como um modelo social de mulher, que impõe práticas consideradas femininas em relação ao cuidado com a

beleza e o ao mesmo tempo, cuidados com o lar. Descreve, Beauvoir “ (...) ela é julgada, respeitada, desejada através de sua toaleta”(Beauvoir, 2019, p.507). Beauvoir afirma que a mulher não conformada com o homem, moldando sua vontade, se desvaloriza sexual e socialmente, pois a sociedade a integrou aos valores sexuais. (Beauvoir, 2019b, p.506) Tal feminilidade lhe é imposta socialmente, o que implica afirmar-se como mulher através da moda, beleza e ao mesmo tempo, objetificar-se. Beauvoir ressalta que, se o homem não atribuísse às mulheres um complexo de inferioridade, elas não se esforçaram tanto com a feminilidade, se encontrariam mais facilmente na simplicidade e naturalidade. (Beauvoir, 2019, p.510)

Beauvoir, após uma longa análise sobre a mulher vassala que é acometida pela resignação, estabelece a análise acerca da mulher independente, aquela que luta para transcender a situação a que lhe impeliram. A mulher independente recusa o ideal de feminilidade que lhe atribuem assim como a passividade, mas sente dificuldades em estabelecer suas relações com o outro. (Beauvoir, 2019, p.510).

Beauvoir atribui ao erotismo entre homens e mulheres uma possibilidade de reciprocidade entre os sexos. Juliana Oliva traz, em sua tese de doutorado, uma possibilidade de significado do erotismo, como uma ambiguidade entre amor e prazer. (Oliva, 2018, p.250). Oliva defende uma relação erótica autêntica entre os sexos como uma possibilidade de emancipação. Nesse sentido, Beauvoir teria defendido uma relação em que homens e mulheres se colocam reciprocamente como objeto e como outro, como carne, mas essa relação teria conferido uma análise rápida. Beauvoir observa:

Libertar a mulher é recusar encerrá-la nas relações que mantém com o homem, mas não negar; ainda que ela se ponha para si, não deixará de existir também para ele: reconhecendo-se mutuamente como sujeito, cada um permanecerá entretanto um outro para o outro; a reciprocidade de suas relações não suprime os milagres que engendra a divisão dos seres humanos em duas categorias separadas: o desejo, a posse, o amor, o sonho, a aventura; e as palavras que nos comovem: dar, conquistar, unir-se conservarão seus sentidos. (Beauvoir, 2019b, p. 556)

A mulher em sua infância e adolescência é orientada pelos seus educadores e sociedade ao papel que será desempenhado mais tarde enquanto mulher, ela é mistificada dentro de padrões patriarcais e encerrada na imanência, a sua sexualidade é apenas mais um reflexo dessa contingente vida. A mulher inicia-se sexualmente como um corpo que entrega-se em passividade e objetificação.

A valoração patriarcal em relação a sexualidade feminina direcionou a mulher para a castidade, de modo que o sexo é visto como um “serviço” como cumprimento das instituições do patriarcado. Beauvoir no capítulo sobre a iniciação sexual afirma que a virgindade é “tomar-lhe” a flor, o que consiste em um defloramento. (Beauvoir, 2019b, p.124). O conceito de defloramento é repleto de valores e preconceitos que acompanham a menina até a experiência sexual, a conjuntura patriarcal de valores e preconceitos acerca da iniciação sexual lhe causa sentimentos de medo e principalmente de culpa ao lidar com tais preceitos, o que Beauvoir elencou como perturbações femininas.

Segundo Beauvoir no capítulo sobre a iniciação sexual, sua iniciação não é tanto mais fácil quanto menos se reveste de um caráter de tabu, sentindo-se a jovem mais livre em relação ao parceiro, em que o caráter dominador do macho se apaga.” (Beauvoir, 2019b, p.146). A experiência da virgindade por muitas vezes pode ocasionar uma violação a seu corpo através da violência do homem. Beauvoir exemplificou alguns casos de mulheres que a brutalidade do homem lhes causou traumas e nojo: A senhorita denominada por Beauvoir como H.B apresentou uma grave depressão após o seu noivo afirmar que ela se entregara a ele após lágrimas e constante resistência. (Beauvoir, 2019b, p.144). Tal exemplo nos demonstra o caráter hostil e violento do homem em exercer sua soberania sobre a mulher.

A mulher em relação ao sexo e a possibilidade de violência contida no patriarcado sofre resistências ao iniciar sua vida sexual, em alguns casos há a resistência dos músculos ao sexo que é o caso do vaginismo. (Beauvoir, 2019b, p.126). A mulher quando vence as resistências em relação ao sexo, tem enorme dificuldade, o prazer vaginal lhe é demorado, pois o ritmo que do homem é completamente diferente de modo que a mulher demora mais para atingir o prazer

O capítulo acerca da mulher apaixonada confere uma relação entre amor, erotismo e autenticidade. Beauvoir afirma que o amor não tem o mesmo sentido para ambos os sexos e por isso essa é a fonte dos graves mal entendidos que os separam. (Beauvoir, 2019b, p.461). O amor é para mulher uma renúncia, para o homem o amor é o reforço de sua soberania. O erotismo é uma saída para emancipação a partir do momento que através dele ambos os sexos se reconhecem enquanto objeto, o que constitui uma relação erótica autêntica, sobre essa relação, Beauvoir em a mulher apaixonada afirma:

“O amor autêntico deveria basear-se no reconhecimento recíproco de duas liberdades; cada um dos amantes se sentiria então como si mesmo e como o outro: nenhum abdicaria sua transcendência, nenhum se mutilaria; ambos desvendariam

juntos, no mundo, valores e fins. Para um e para outro, o amor seria uma revelação de si mesmo pelo dom de si e o enriquecimento do universo.” (Beauvoir, 2019, p.488).

Essa relação que Beauvoir enfatiza é possível através do reconhecimento dos sexos, difere-se da relação patriarcal imposta pelo casamento e com a comercialização do corpo com as prostitutas. O amor autêntico consiste na reciprocidade e não em um sexo soberano sobre o outro. Juliana Oliva, pesquisadora acerca da temática emancipatória erótica afirma:

“Na transcendência do sujeito a um outro ser humano na experiência erótica não há meta nem destino para o desejo; há presença do ser na entrega por meio do corpo no fluir do desejo do outro; mas não há posse deste ser. Não é possível apreendê-lo em sua essência. Tanto quanto a mobilidade, a entrega caracteriza o erotismo. Na experiência erótica, é fundamental ser descoberto pelo outro enquanto carne.”(Oliva, 2018, p.184)

Logo, a relação erótica autêntica é uma possibilidade de escape dos relacionamentos gerados pelo patriarcado, como o casamento que não constitui-se de modo recíproco. A instituição do casamento obedece a antigos valores e costumes patriarcais em que o homem é o soberano da relação, afirma Beauvoir no capítulo sobre a mulher casada: “Ele se acha tão convencido de seus direitos que a menor autonomia conservada pela mulher lhe parece uma rebeldia; gostaria de impedi-la de respirar sem ele” (Beauvoir, 2019b, p, 250). Diante disso, é necessário uma relação que não esteja vinculada na inferioridade fomentada pelo patriarcado, mas que seja possível ser um “em si” para o outro, enquanto ambos se façam carne.

No dia em que for possível à mulher amar em sua força, não em sua fraqueza, não para fugir de si mesma, mas para se encontrar, não para se demitir, mas para se afirmar, nesse dia o amor se tornará para ela, como para o homem, fonte de vida e não perigo mortal. Enquanto isso não acontece, ele resume sob sua forma mais patética a maldição que pesa sobre a mulher encerrada no universo feminino, a mulher mutilada, incapaz de se bastar a si mesma. (Beauvoir, 2019, b. p.490)

Beauvoir, ao longo dos dois volumes do “O Segundo sexo”, defendeu que a mulher é uma construção histórica e patriarcal, conferiu tal análise baseada em um ponto de vista masculino e como alteridade negativa. Através desta análise podemos observar a relação de manutenção da opressão por meio do mito do “eterno feminino”, a mulher não transcende sua situação por não ter os meios concretos, por estar inserida na facticidade. Tal análise, nos confere que a mulher para transcender-se para o mundo, é necessário reconhecimento de sua situação de opressão, sendo, pois, ação para os meios jurídicos e sociais, sua coautoria contra

tal opressão é imprescindível para sua emancipação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando pensamos nos caminhos possíveis para a emancipação feminina, nos encontramos com uma situação hostil, engendrada ao longo da história; por isso a reivindicação não deve se voltar apenas para direitos civis, é imprescindível uma transformação na sociedade e na cultura. O patriarcado perpetua ao longo da história o mundo masculino, mas a mulher através do tempo vem se modificando. A emancipação feminina plena só pode também ser estabelecida por meio do tempo, da luta sufragista até o feminismo atual.

Para os possíveis trabalhos futuros, será importante entender o contexto da emancipação feminina em meio ao capitalismo e seus desdobramentos. Os caminhos emancipatórios são possíveis no sistema capitalista? Como se constitui a subjetividade corporificada no capitalismo?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Beauvoir, Simone. “O Segundo Sexo: Fatos e mitos”, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2019
- Beauvoir, Simone “ O Segundo Sexo: A experiência vivida”, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2019
- Candiani, Heci. “ A Tessitura da situação: a trama das opressões em Simone de Beauvoir”, Campinas SP, UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), 2018
- Souza, Thana. “Beauvoir e a situação das mulheres: Entre subjetividade e facticidade”. Espírito Santo, Universidade Federal do Espírito Santo, 2018
- Simons, Margaret A. “Beauvoir's Philosophical Independence in a Dialogue with Sartre.” Pennsylvania, Estados Unidos, Penn State University Press, 2000
- Arp. Kristana. “ Beauvoir’s Concept of Bodily Alienation”,s Pennsylvania, Estados Unidos, University Park, 1994
- Silveira, Lea, “Sexualidade feminina, alienação corporal e destino” Lavras, Minas Gerais, Universidade Federal de Lavras, 2019
- hooks, bell, “ Teoria Feminista: Da margem ao centro” Brasil, Editora Perspectiva, 2019
- Beauvoir, Fridan. “Sex, Society, and the female Dilamma” Estados Unidos, 1975, International Women’s Year
- Oliva, Juliana, “ A SEXUALIDADE REIFICADA À RECIPROCIDADE ERÓTICA NO PENSAMENTO DE BEAUVOIR” Guarulhos, Universidade Federal de São Paulo, 2018
- Cyfer, Ingrid, “ Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e a questão do sujeito na teoria crítica feminista”. São Paulo, Lua Nova, 2015



ANDRESSA MARIA NICOLINO SOUSA

Plano de curso para a disciplina filosofia

Plano de Curso de Filosofia para o ensino médio apresentado ao Colegiado do Curso de Filosofia, como parte das exigências do curso de Filosofia, para a obtenção do título de Licenciada.

Profa Dra. Léa Carneiro Silveira

Orientadora

Lavras-MG

2023

BNCC, METODOLOGIA DE ENSINO, OBJETIVO E JUSTIFICATIVA

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) estabelece as diretrizes a serem aplicadas nas diversas disciplinas, no ensino fundamental e ensino médio. O ensino médio é

dividido em áreas e não em disciplinas específicas. As ciências humanas e sociais aplicadas ao ensino médio relacionam-se com quatro disciplinas: história, Geografia, Filosofia, Sociologia. É dentro de uma visão conjunta que as quatro disciplinas se estabelecem, a partir de competências e habilidades.

A base curricular do ensino médio propõe as habilidades e competências a serem trabalhadas. O eu, o indivíduo, a sociedade, cultura são alguns dos elementos referentes ao desdobramento de cada disciplina. A filosofia compete às questões acerca da relação do eu com a natureza e com o outro, a ética, política, trabalho, a dúvida sistemática, argumentação, abstração, simbolismo e as relações empíricas e racionais dos indivíduos.

Desse modo, ao longo desse plano de curso, pretendo elaborar um ano de aulas para o ensino médio com ênfase ao ensino público, para tanto, utilizarei a base curricular como meio de elaboração. No entanto, vale ressaltar que a proposta da BNCC não abrange a experiência concreta da vivência em sala de aula com indivíduos reais e com suas desigualdades e singularidades. Uma vez que, os alunos, professores e calendário escolar não tem os meios para realização de todas as atividades relacionadas com as competências e habilidades, devido a curta carga horária da filosofia e as singularidades de uma sala de aula, bem como questões estruturais e o cotidiano escolar que abarca um caráter móvel e mutável da sala de aula concreta.

Acerca das metodologias, objetivos e justificativa, quero propor neste plano de curso aulas que ultrapassem o ensino tradicional, o modelo de Educação bancária, assim como estabelece o nosso patrono da Educação, Paulo Freire, que acredita em uma educação que gere autonomia ao indivíduo, que a linguagem estabeleça contato com a realidade do aluno e por fim que dialogue, problematize e que seja libertadora. Assim como pretendo utilizar do método do professor Silvio Gallo acerca do ensino da filosofia, o professor como orientador do pensamento e responsável por vários momentos metodológicos: apreensão da realidade e atenção dos alunos por meio de temáticas, bem como, a problematização e solução dadas pela história da filosofia.

A filosofia é a disciplina responsável por apresentar ao aluno o pensamento crítico acerca do mundo que ele convive. Apresentando a diferença entre as crenças comuns de seu cotidiano e o fato como ciência, inserindo em seu pensamento a dúvida correspondente à introdução crítica, relacionando com o mundo o qual ele vive. O aluno deve ser capaz de questionar sua experiência como indivíduo. Por isso, Paulo Freire tornar-se imprescindível como modo de proporcionar ao aluno autonomia em seu pensamento crítico e relacionado com sua vivência enquanto indivíduo, Paulo Freire observa:

A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer “bancária” ou de pregar no deserto. Por isto mesmo é que, muitas vezes, educadores e políticos falam e não são entendidos. Sua linguagem não sintoniza com a situação concreta dos homens a quem falam. E sua fala é um discurso a mais, alienado e alienante. É que a linguagem do educador ou do político (e cada vez nos convencemos mais de que este há de tornar-se também educador no sentido mais amplo da expressão) tanto quanto a linguagem do povo, não existe sem um pensar e ambos, linguagem e pensar, sem uma realidade a que se encontrem referidos. Desta forma, para que haja comunicação eficiente entre eles, é preciso que educador e político sejam capazes de conhecer as condições estruturais em que o pensar e a linguagem do povo, dialeticamente, se constituem. (Freire, p.62 a 63)

Paulo Freire, enfatiza a relação entre educador e educando que deve ser correspondente de sua realidade e linguagem, exemplo disso é o ensino da história da filosofia a partir de termos inerentes a ela, a linguagem deve corresponder a idade e a classe social desses alunos. Em uma das experiências que tive como estagiária, na última aula que administrei com o tema “ Liberdade e Existencialismo”, falamos sobre a filosofia de Simone de Beauvoir e sua célebre frase, lembro de um determinado aluno ser um homem trans que estava ativamente participando dessa aula, seus olhos brilhavam ao saber que estava sendo incluído em algo, ele sentiu pertencente ao debate. O ensino deve fazer sentido, seja na linguagem ou experiência dos alunos e alunas.

A Educação libertadora é para Paulo Freire um reconhecimento de sua situação como indivíduo em um mundo comandado por poucos, por uma elite dominante. O exercício do pensamento crítico é também um exercício de autonomia a partir do qual o aluno pode reconhecer seu papel social. Desse modo, através do Silvio Gallo podemos observar como a metodologia irá se desenvolver.

Silvio Gallo, pesquisador sobre o ensino da filosofia, defende que tal ensino deve ser elaborado a partir de quatro etapas: 1.Sensibilização 2.Problematização 3.Investigação 4. Conceituação. Para Gallo o que importa é que o estudante vivencie o pensamento e por isso utiliza das etapas como meio de promover o interesse e por isso problematize, investigue e apropria-se criticamente ao criar novos conceitos. Através das três primeiras etapas metodológicas que estará inerente a este plano de curso.

A sensibilização consiste em promover a atenção do estudante para um problema filosófico por meio de um fator não filosófico, como músicas, poemas, filmes etc. Trata para Gallo de elaborar um elemento estético como meio de apreensão do estudante, que o sensibilize.

A problematização é o meio pelo qual podemos elaborar uma questão a partir da sensibilização. É um meio de problematização para promover o pensamento crítico do aluno ao ponto de que o tema se transforme em problema e desse modo, podemos recorrer à filosofia.

A investigação é quando recorremos à história da filosofia, a qual possamos procurar na filosofia, a solução para o problema ou a elaboração filosófica dele. Por fim, este plano de curso tem a pretensão de gerar ao aluno e aluna um pensamento crítico, reflexivo e que esteja vinculado em sua vivência, talvez seja este o único contato que eles terão com a filosofia. O ensino da filosofia através desses dois autores, nos traz a possibilidade do indivíduo de conhecer sua realidade, questioná-la, entender os fatores do mundo que vive e pensar de forma autônoma. Este plano de curso abrange os alunos do primeiro ano do ensino médio, seja ele regular ou EJA (Ensino de Jovens e Adultos), em rede pública com a utilização do livro didático “Fundamentos de Filosofia”.

Primeiro bimestre:

Tema: Filosofia e mitologia

Código BNCC (EM13CHS104)	Avaliação através de um mini texto sobre o entendimento da disciplina.
Sensibilização: Mito de Antígona	Capítulo 10 e 11- Páginas: 167 a 117, 187 a 190.
Questões problema: O que definimos como real? O que são crenças? Mito e filosofia. Qual a diferença do material e do imaterial?	Material: Disponibilização do livro didático em pdf.
Os Pré-Socráticos	Investigação acerca do mito ao logos.

Segundo bimestre:

Tema: História da Filosofia Antiga

Código BNCC (EM13CHS104)	Avaliação através de um mini texto sobre o entendimento da disciplina.
Sensibilização: Debate acerca de notícias falsas, o limite das fake news e a verdade	Capítulo: 11. páginas 183 a 185
Questão problema: Conhecemos o que	Material: Disponibilização do livro didático

acreditamos conhecer? Como é a realidade? O que é a verdade?	em pdf.
Sócrates e os sofistas	Investigação acerca da retórica ao diálogo crítico Sócrático

Terceiro Bimestre:

Tema: Política

Código BNCC (EM13CHS602)	Avaliação através de um mini texto sobre o entendimento da disciplina.
Sensibilização: Discussão sobre os processo políticos atuais	Capítulo 18: páginas 309 a 315.
Questão problema: O que é Estado? O que é poder? Como surgiu o Estado? Bem comum ou exercício do poder?	Material: Disponibilização do livro didático em pdf.
Investigação, Max Weber e Thomas Hobbes.	Do conceito de Estado à origem da sociedade civil.

Quarto Bimestre: Política

Código BNCC (EM13CHS103)	Avaliação através de um mini texto sobre o entendimento da disciplina.
Sensibilização: Discussão a partir de notícias e dados sobre a desigualdade social	Capítulo 10: página 324
Questão problema: O que é a desigualdade? Por que existe classes sociais?	Material: Disponibilização do livro didático em pdf.

Investigação, Karl Marx e Friedrich Engels	Estado como instrumento do domínio de classe e desigualdade
--	---

Referências bibliográficas:

Contrim, Fernandes. Fundamentos da Filosofia. São Paulo, Saraiva, 2010

Freire. Paulo. A pedagogia do oprimido. São Paulo, Paz e Terra, 2010

Gallo, Sílvio, Metodologia do ensino de filosofia. Campinas SP, Papirus, 2013